

MSC

2.º
CICLO

FCUP
2016

U. PORTO

Parque Agro-Urbano de Loulé.
Contributo para a requalificação da paisagem
periurbana

Diogo Alexandre Dias Araújo Rego

FC

U. PORTO
FACULDADE DE CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

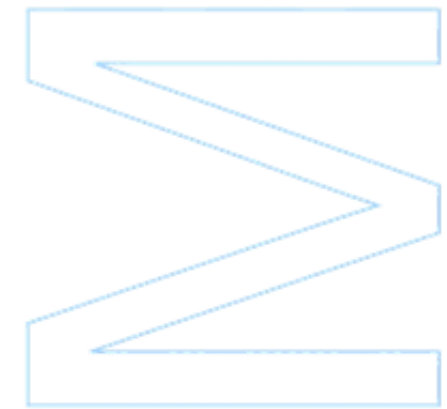
Parque Agro-Urbano de Loulé. Contributo para a requalificação da paisagem periurbana

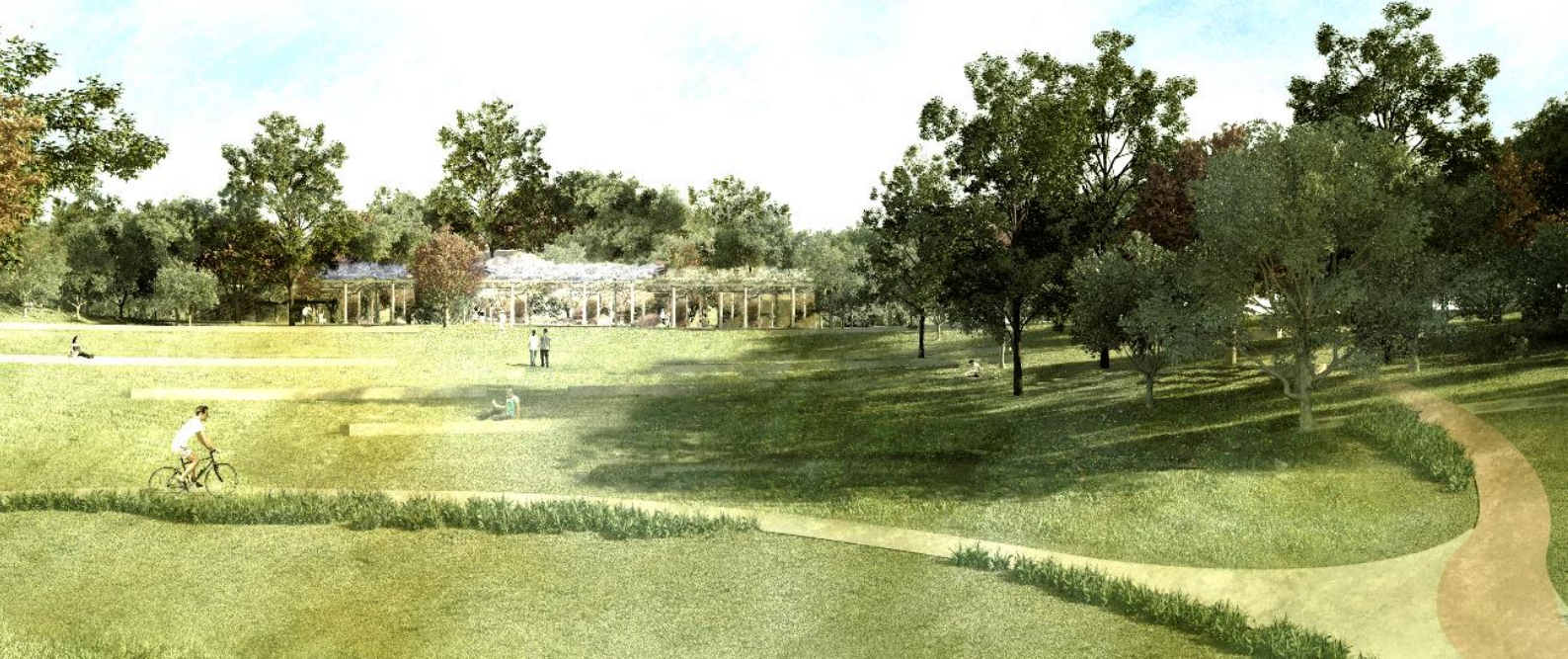
Diogo Alexandre Dias Araújo Rego

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em
Arquitetura Paisagista

2016

U. PORTO
FACULDADE DE CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DO PORTO





Parque Agro-Urbano de Loulé.

Contributo para a requalificação da paisagem periurbana

Diogo Rego

Mestrado em Arquitetura Paisagista

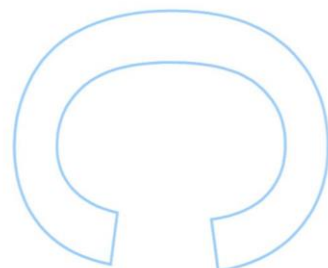
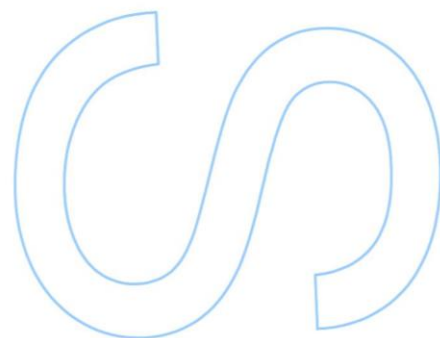
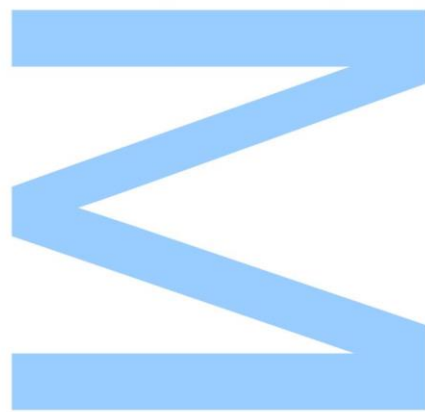
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2015/2016

Orientador

Maria José Dias Curado, Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Coorientador

Arquiteto Paisagista João Nunes, Diretor e Fundador, PROAP

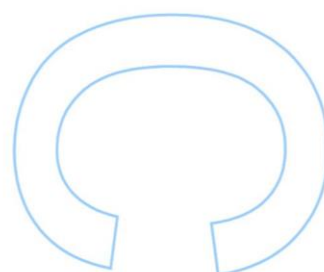
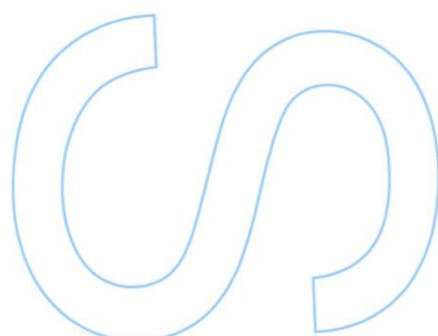
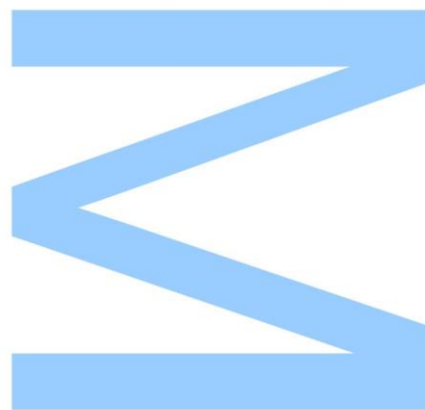




Todas as correções determinadas
pelo júri, e só essas, foram efetuadas.

O Presidente do Júri,

Porto, ____/____/____



Agradecimentos

À minha orientadora académica, Professora Maria José Dias Curado que me ajudou no melhor caminho a seguir, por todas as críticas que fez durante este processo e pela disponibilidade que sempre demonstrou em esclarecer todas as minhas dúvidas.

Ao meu orientador profissional Arquiteto Paisagista João Nunes pelos seus conselhos e sabedoria que me foram transmitidos, ao Arquiteto Inãki Zoilo pela sua exigência, demonstração de capacidade de trabalho e oportunidade que me ofereceu de trabalhar em várias vertentes da arquitetura paisagista e que me fizeram crescer como futuro profissional da área, ao Arquiteto Paisagista Nuno Jacinto que se mostrou sempre atento ao meu progresso ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho e à Arquiteta Paisagista Leonor Cardoso que ao longo de todos os projetos comigo desenvolvidos me ensinou e aconselhou sempre da melhor forma possível.

A todos os colegas do *atelier* PROAP, Tiago Calisto, Francisco Saraiva, Patrizia Rizzo, Davide Maccioni, Amália Miranda, Cristina Diogo, Mathijs Dielissen, Oscar Arroyo, João Oliveira, Mara Aioldi, Manuel Ferreira, Louis Bossant, Zineb Zerouali, Pablo Bruno e aos restantes colegas pelo acolhimento e experiência de cada um que me permitiu crescer a nível profissional e pessoal.

A todos os professores do curso de Arquitetura Paisagista que ao longo do curso contribuíram igualmente para o meu crescimento profissional e pessoal.

Aos meus grandes amigos e colegas de faculdade, João, Virgílio, Marcelo, Bruno, Joana, Ana Luísa, Sara, Elsa, a todos da minha turma e a todos os que me proporcionaram momentos inesquecíveis ao longo da faculdade.

Um agradecimento especial aos meus pais e irmão pelo enorme apoio e força que me têm dado ao longo desta caminhada.

Por fim, um muito obrigado à Margarida, pela enorme pessoa que é, pela ajuda nas dúvidas e incertezas, pela paciência que tem demonstrado nos momentos menos bons e pela enorme companhia que tem sido ao longo deste percurso.

Resumo

O aumento crescente da densidade populacional em centros urbanos e o consequente decréscimo em zonas rurais é um fenómeno que a médio-longo prazo poderá trazer consequências negativas no desenvolvimento territorial e económico de Portugal e da Europa. Com o intuito de perceber as medidas que têm sido fomentadas para combater esta problemática foi realizada uma abordagem às políticas urbanas de Portugal e da Europa.

O presente relatório tem como principal tema “Parque Agro-Urbano da Cidade de Loulé. Contributo para a requalificação da paisagem periurbana”, tendo como objetivo perceber em que medida a requalificação de uma zona periférica contribui para um remate urbano de qualidade.

A proposta de criação do Parque Agro-Urbano da cidade de Loulé surge com o intuito de se desenvolver a multifuncionalidade potencial que os espaços periurbanos possuem tendo em conta a sua importância para um modelo territorial coerente e que permita uma conexão entre o urbano e o rural. A ideia do Parque Agro-Urbano surge na sequência do previsto na proposta preliminar do Plano de Urbanização da Cidade de Loulé (plano igualmente estudado neste documento), que considera uma área destinada a Parque Urbano-Agrícola.

Uma vez que nos encontramos numa paisagem de características agrícolas, com vistas que alcançam o mar, tendo como pano de fundo, a norte, o perímetro amuralhado da cidade, propôs-se um carácter agro-urbano para o referido parque. A paisagem é composta por uma matriz agrícola privada servida por caminhos públicos atravessados por linhas de água. A vegetação e os elementos construídos, onde se denotam os caminhos, os muros de contenção e os sistemas de rega, conservam a estrutura da característica paisagem agrícola do barrocal algarvio, às portas da cidade construída.

Palavras-chave: Paisagem periurbana, Loulé, Multifuncionalidade, Matriz agrícola, Urbano-rural, Modelo territorial, Continuum naturale e culturale

Abstract

The increasing population density in urban centres and the consequent decrease in rural areas is a phenomenon that in the medium to long term could have negative consequences on the territorial and economic development of Portugal and Europe. In order to understand the measures that have been encouraged to tackle this problem an approach was made to urban policies of Portugal and Europe.

The main theme of this report is "Loulé City Agro-Urban Park. Contribution to the requalification of the peri-urban landscape", aiming to realize to what extent the rehabilitation of a peripheral area contributes to an urban quality finish.

The proposal to create the Loulé City Agro-Urban Park comes in order to develop the potential multifunctionality that peri-urban areas have bearing in mind their importance to a coherent territorial model that allows a connection between the urban and the rural. The idea of the Agro-Urban Park follows the predicted in the preliminary proposal of Loulé City Urban Plan (plan also studied in this document), which considers an area for Urban-Agricultural Park.

Once we find ourselves in a landscape of agricultural characteristics, with views that reach the sea having as background, in the north, the walled perimeter of the city, it was proposed an agro-urban character for the said park. The landscape is composed by a private agricultural matrix served by public paths crossed by water lines. The vegetation and the built elements where you denote the paths, retaining walls and irrigation systems, preserve the structure of the characteristic agricultural landscape of the "Barrocal Algarvio", at the gates of the city.

Keywords: Peri-urban landscape, Loulé, Multifunctionality, Agricultural matrix, Urban-rural, Territorial model, *Continuum naturale and culturale*

Índice

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Índice de figuras e quadros.....	VI
Lista de anexos.....	VIII
Lista de abreviaturas.....	IX
I. Introdução.....	1
1.1 Apresentação do tema, problemática e objetivos do trabalho	1
1.2 Metodologia de trabalho.....	3
II. As políticas urbanas e a multifuncionalidade do espaço periurbano	5
2.1 Evolução das políticas urbanas na União Europeia e em Portugal.....	6
2.1.1 Na União Europeia	6
2.1.2 Em Portugal.....	7
2.2 O espaço urbano e periurbano e o seu potencial de uso multifuncional.....	9
2.3 Os Parques Agro-Urbanos como oportunidade de valorização da paisagem periurbana.....	12
III. A Cidade de Loulé e o Parque Agro-Urbano	15
3.1 Caracterização da Cidade de Loulé	15
3.2 Reflexão Crítica da proposta preliminar do PUCL – um modelo territorial para a cidade	15
3.3 Identificação de pontos fortes e fracos	20
3.4 Critérios para a delimitação da área do Parque Agro-Urbano	20
3.5 Situação Existente da área do parque	22
IV. Proposta: Parque Agro-Urbano de Loulé	24
4.1 Estudo Prévio.....	24
4.1.1 Memória Descritiva.....	24
1) Introdução.....	24

2) Enquadramento histórico e paisagístico	26
3) Abordagem aos objetivos programáticos	26
4) Conceito, estratégia e objetivos da intervenção	27
5) Descrição da proposta	30
4.2 Pormenorização de algumas temáticas	50
V. Considerações finais	55
Referências Bibliográficas	56
Anexos	59

Índice de figuras e quadros

Figura 1 - Metodologia de trabalho

Figura 2 - Evolução da população urbana e rural do mundo

Figura 3 - Localização do Parque Urbano de Ferrara e caracterização dos principais elementos presentes na sua envolvente

Figura 4 - Evolução temporal prevista para o parque

Figura 5 - Diagrama de Circulações e de Vegetação

Figura 6 - Esquema justificativo das opções tomadas pelo consórcio para a alteração dos limites da área do PUCL

Figura 7 - Planta zonamento da proposta preliminar do PUCL

Figura 8 - Esquema ilustrativo de opções aparentemente interessantes da proposta preliminar do PUCL

Figura 9 - Esquema ilustrativo de opções que possivelmente necessitam de uma melhor reflexão da proposta preliminar do PUCL

Figura 10 - Esquema ilustrativo das opções relativas ao limite da área de intervenção

Figura 11 - Plano Geral da Proposta

Figura 12 - Planta de Modelação e Sentido de Drenagem

Figura 13 - Áreas de proteção, conservação e valorização

Figura 14 - Áreas de recreio e lazer

Figura 15 - Zona Polidesportiva e Hortas Urbanas

Figura 16 - Mata densa e percursos BTT

Figura 17 - Visualização do anfiteatro natural do parque constituindo por estruturas muretes banco, clareira, espaços produtivos e galeria ripícola

Figura 18 - Visualização da clareira principal do parque;

Figura 19 - Visualização da ligação de zona de muretes com estruturas pergoladas

Figura 20 - Áreas produtivas privadas (verde escuro) e públicas (verde claro)

Figura 21 - Áreas produtivas públicas (regadio – azul claro e sequeiro a azul escuro)

Figura 22 - Excerto Plano Geral – Hortas Sociais

Figura 23 - Excerto Plano Geral – Hortas urbanas

Figura 24 - Excerto Plano Geral – Pomar tradicional de sequeiro

Figura 25 - Excerto Plano Geral – Olival e vinha

Figura 26 - Excerto Plano Geral – Pomar e horta comunitária

Figura 27 - Excerto Plano Geral – Hortas da quinta pedagógica

Figura 28 - Excerto Plano Geral – Pomar e horta solidária

Figura 29 - Estrutura de mobilidade

Figura 30 - Localização das entradas do parque

Figura 31 - Localização das áreas de pomar de regadio

Figura 32 - Localização das áreas de cultivo de regadio

Figura 33 - Localização das áreas de associação de sequeiro

Figura 34 - Localização das áreas de mata densa

Figura 35 - Localização das áreas associação ripícola

Quadro 1 - Evolução das políticas urbanas europeias (1970 – Séc. XXI)

Quadro 2 - Previsão da evolução da população urbana em Portugal de 2009 a 2050

Quadro 3 - Matriz SWOT da área de intervenção do parque

Lista de anexos

Anexo A: Evolução das políticas urbanas na União Europeia e em Portugal

Anexo A1: Evolução das Políticas Urbanas na União Europeia, de 1990 até 2011

Anexo A2: Evolução do sistema de planeamento e das políticas do Estado com incidência urbana e territorial, em Portugal, de 1974 até 2009

Anexo A3: Evolução das Políticas Urbanas em Portugal, de 1980 até 2011

Anexo B: A Cidade de Loulé

Anexo C: Reflexão Crítica da proposta preliminar do PUCL

Anexo C1: Limites da área do PUCL

Anexo C2: Planta Condicionantes da proposta preliminar do PUCL

Anexo C3: Planta Zonamento da proposta preliminar do PUCL

Anexo D: Pontos fortes e fracos da cidade de Loulé

Anexo E: Situação existente da área do parque

Anexo F: Estudo Prévio – Peças desenhadas

Anexo G: Desenhos da proposta Parque Urbano-Agrícola de Loulé realizada pelo *atelier* PROAP

Anexo H: Projetos e trabalhos realizados ao longo do estágio no atelier PROAP

Lista de abreviaturas

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Crítica

CML – Câmara Municipal de Loulé

CPUL – Continuous Productive Urban Landscape

DGAOT – Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território

ETAR – Estação Tratamento de águas Residuais

ESCL – Estratégia de Sustentabilidade da Cidade de Loulé

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

ha – Hectares

INE – Instituto Nacional de Estatística

Km – Quilómetros

m – Metros

m² – Metros quadrados

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDM – Plano Diretor Municipal

PMS – Plano Mobilidade Sustentável

PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território

PUCL – Plano de Urbanização da Cidade de Loulé

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats – Pontos Fortes, Constrangimentos, Oportunidades e Ameaças

I. Introdução

O presente relatório de estágio é um documento referente ao estágio curricular que foi desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular de Estágio inserida no programa de plano de estudos do Mestrado de Arquitetura Paisagista da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto intitulado “Parque Agro-Urbano de Loulé. Contributo para a Requalificação da Paisagem periurbana”. O estágio realizou-se no atelier PROAP, Estudos e Projetos de Arquitectura Paisagista, Lda., sediado na cidade de Lisboa, tendo sido iniciado a 15 de dezembro de 2015 e terminado a 29 de julho de 2016.

A orientação do estágio esteve a cargo do Arquiteto Paisagista João Nunes, fundador e diretor da PROAP, como orientador profissional, e da professora Maria José Dias Curado do Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto como orientadora académica.

1.1 Apresentação do tema, problemática e objetivos do trabalho

Em qualquer aglomerado urbano podemos distinguir um espaço, por mais pequeno que seja, que se pode denominar como “traseiras”. Analisando as cidades verifica-se que os valores dos seus terrenos são tão altos e a competitividade pela posse dos mesmos é tão grande que se denota que as parcelas são quase sempre delimitadas pela do vizinho e vice-versa. Contudo, existem espaços *non-aedificandi*, franjas urbano-rural, urbano-industrial e industrial-rural. Estes, em geral, apresentam remates mal resolvidos ou que já estiveram resolvidos, mas graças ao crescimento espontâneo, anarquizaram-se em termos de uso.

Com o crescimento dos aglomerados urbanos existe tendência para se gerarem novas centralidades e, à volta de cada uma delas, vão tomando forma novas “periferias”.

Desde o início da história das cidades os diferentes planeadores sempre tiveram em mente agir sobre estas periferias com o objetivo de regularizar e ordenar os remates urbanos.

Essencialmente a partir das mortes ocorridas devido ao *smog* no Reino Unido, sequente da Revolução Industrial, a criação de Parques e Jardins tornou-se uma solução que as cidades encontraram para promover a salubridade pública. A localização destes parques é remetida essencialmente para a periferia das cidades como solução para resolver os remates urbanos desses lugares uma vez que o seu valor fundiário é menor.

Num outro prisma e analisando a atualidade, A Direção Geral da Política Regional da Comissão Europeia no relatório *As cidades de amanhã, desafios, visões e perspetivas* (2011) evidencia o papel fundamental e preponderante das pequenas e médias cidades para um desenvolvimento coerente e próspero de uma lógica territorial equilibrada sempre tendo em conta o bem-estar das populações rurais circundantes no sentido de evitar o abandono destes espaços produtivos. É necessário que os centros urbanos deem prioridade a um desenvolvimento de uma economia sustentável, sustentada numa participação social ativa num período de declínio económico e de estagnação que a União Europeia atravessa.

A problemática que se prende com a abordagem das questões anteriores é: *de que forma a criação de parques em zonas periféricas pode contribuir para um remate urbano de qualidade e para a promoção da multifuncionalidade, onde a comunidade esteja envolvida e os espaços se interliguem de modo a assegurarem diferentes funções?*

Para tal, e na continuidade do trabalho desenvolvido na PROAP como estagiário académico é proposto um Parque Agro-Urbano que alia a agricultura a espaços de recreio e de produção surgindo assim, como uma solução a médio e longo prazo para os problemas vigentes no remate urbano da cidade de Loulé.

Recuando um pouco, a proposta de um Parque Urbano - Agrícola da Cidade de Loulé¹ surge como uma unidade de execução da Proposta Preliminar do Plano de Urbanização da Cidade de Loulé (Anexo C). Esta proposta decorre, por sua vez, do concurso público para a contratação de equipa técnica para a elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Loulé. Neste sentido, o consórcio formado pelas empresas PROAP – Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista Lda. (líder do consórcio), In'loki – Território e Arquitectura Lda., Nível – Soluções Geográficas Integradas, Lda. e Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Lda., foi vencedor deste concurso público em 2008 e por sua vez adjudicado o serviço.

No sentido de responder à problemática referida anteriormente foram distinguidos os seguintes objetivos deste relatório:

- Proposta de um Parque Agro-Urbano que potencie a multifuncionalidade do espaço periurbano a Sul do centro da cidade:
 - Promoção da valorização e requalificação das linhas de água;

¹ Parque Agro-Urbano é o nome proposto para o parque pelo autor deste relatório tendo em conta a proposta vigente neste documento e Parque Urbano-Agrícola é o nome proposto em âmbito profissional pelo atelier.

- Criação de uma estrutura de mobilidade recuperando e reestruturando a existente;
- Criação de diversas áreas de recreio e lazer;
- Integração do “verde” do parque proposto no contexto urbano;
- Criação de um sistema produtivo sustentável e equilibrado a nível ecológico, que potencie o fluxo da população para o parque e que “religue” a cidade com as suas origens produtivas;
- Promoção da ação pedagógica sobre a população através possíveis eventos culturais e educacionais;

1.2 Metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho adotada foi elaborada tendo em conta a formação em Arquitetura Paisagista numa lógica de levantamento e análise da situação existente, seguindo-se uma síntese dos dados recolhidos e analisados e encerrando numa proposta ao nível do estudo prévio e de uma pormenorização sobre algumas temáticas da proposta. O esquema conceptual da metodologia organiza-se na Figura 1.

O levantamento e análise foram elaborados ao nível da Escala Urbana (Cidade de Loulé) e do Parque Agro-Urbano. A primeira, em que se estudou a paisagem e os mecanismos de funcionamento da cidade de Loulé ao nível biofísico e antrópico, foi acompanhada pelo estudo da Proposta Preliminar do Plano de Urbanização de Loulé no sentido de compreender as soluções de modelo urbanístico de uma proposta vencedora de concurso público.

A par deste levantamento e análise, e conjugando sempre com o resto do trabalho, existe uma pesquisa bibliográfica dividida em três capítulos acerca de conceitos teóricos diretamente relacionados com estas duas escalas de trabalho. O primeiro diz respeito à evolução das políticas urbanas da União Europeia e em Portugal, nomeadamente os tratados e documentos que se foram elaborando ao longo das últimas décadas. Esta espécie de síntese procura dar um *know-how* direcionado para a reflexão do modelo urbanístico do caso de estudo. A segunda pretende refletir acerca do paradigma das paisagens periurbanas em geral e o seu potencial de uso multifuncional que vai de encontro à questão fulcral do trabalho – Parque Agro-Urbano de Loulé – localizado numa zona periurbana da cidade Loulé.

Um terceiro capítulo da pesquisa bibliográfica diz respeito aos exemplos de parques Agro-Urbano que possam servir como exemplo de boas práticas de valorização das paisagens periurbanas.

Quanto à síntese, esta reflete-se numa caracterização do valor do lugar, numa matriz SWOT da área de estudo, numa reflexão crítica ao plano preliminar do PUCL e numa planta de análise da situação existente.

Por fim, é realizada uma proposta do Parque Agro-Urbano de Loulé ao nível do estudo prévio e de pormenorização sobre algumas temáticas da proposta.

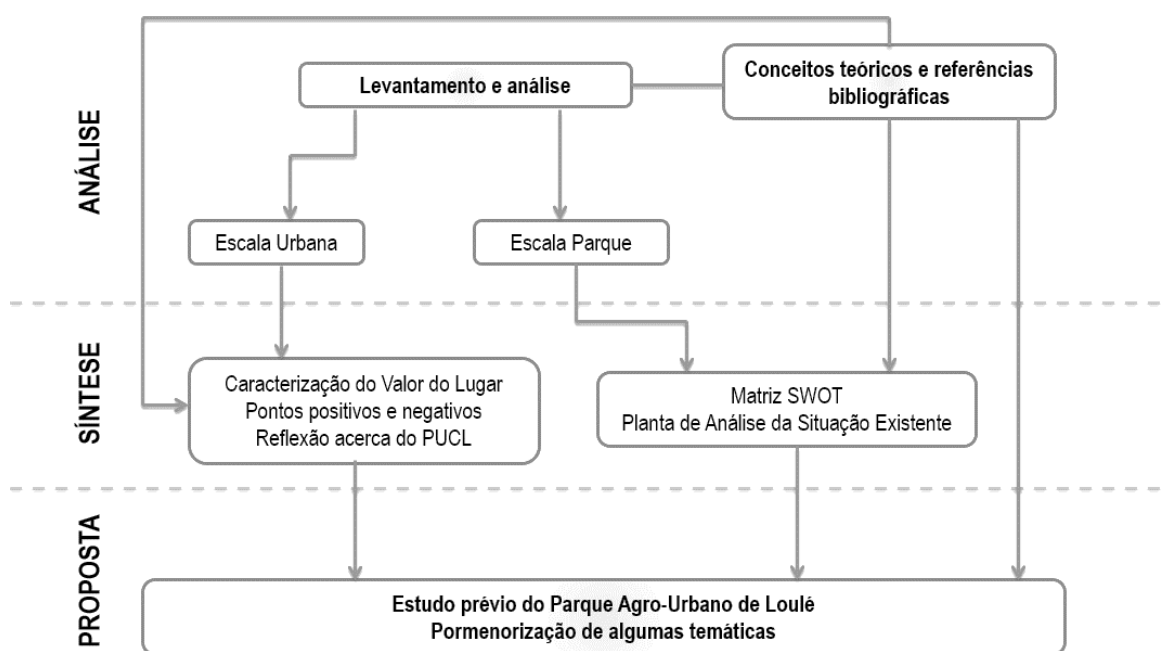


Figura 1 – Esquema metodológico adotado

II. As políticas urbanas e a multifuncionalidade do espaço periurbano

O crescimento da população urbana, nos últimos dois séculos, originou uma concentração excessiva em zonas citadinas repercutindo-se num esvaziamento das zonas rurais. Este fenómeno decorreu essencialmente a partir do início do século XIX, com a revolução industrial, mas os desequilíbrios da ocupação urbana exacerbaram-se no fim do século, não havendo qualquer tipo de planeamento territorial provocando um decréscimo enorme na qualidade de vida das pessoas.

“O ar era poluído, as ruas estreitas e escuras onde o sol não entrava, o meio ideal para as epidemias de doenças típicas de ambientes poluídos e com falta de sanidade se desenvolverem. (...) As casas, desde que ficassem de pé (ao menos temporariamente), e desde que as pessoas que não tinham outra escolha pudessem ser induzidas a ocupá-las, ninguém se importava se eram higiénicas ou seguras, se tinham luz ou ar ou se eram abominavelmente abafadas” (Croome & Hammond, 1970, como referido em Benevolo, 1987).

Atualmente estima-se que desde 2007 mais de 50% da população mundial seja urbana e estima-se que estes valores populacionais tendem a aumentar nos próximos anos², fruto do maior número de ofertas de trabalho, do aumento da importância económica do setor terciário em relação aos demais, e ainda a possibilidade de um melhor acesso a comunidade sociocultural. É, principalmente nas cidades que as pessoas residem, trabalham, circulam, consomem bens materiais e serviços e onde ocorrem as maiores interações entre o ambiente natural e o ambiente construído. De destacar ainda que em Portugal, segundo dados do INE (censos 2011), 50% da população vive em 33 dos 308 municípios, especialmente Lisboa e Porto.

No sentido de combater esta situação, principalmente nas últimas décadas, as políticas urbanas tornaram-se um foco de especial atenção por parte das entidades competentes, tanto a nível europeu como nacional. “A reabilitação urbana é atualmente um tema incontornável quer se fale da conservação e defesa do património, de desenvolvimento sustentado, de ordenamento do território, de qualificação ambiental ou de coesão social. É

² United Nations Population Found (2007) State of World Population, Unleashing the Potential for Urban Growth, New York: United Nations Fund.

cada vez mais um instrumento-chave para a qualificação e o desenvolvimento dos territórios construídos” (Pinho, 2008).

Partindo das problemáticas anteriormente referidas, relacionadas com o tema do presente documento, nasce este capítulo que pretende compilar os diferentes documentos alusivos a políticas urbanas ao longo das últimas décadas na União Europeia e em Portugal. Esta compilação vai possibilitar também realizar uma análise da evolução dos ideais urbanísticos que se foram adotando e assim conseguir obter uma base teórica sólida que permita uma reflexão acerca das abordagens realizadas pelo consórcio na elaboração da Proposta Preliminar do PUCL, mais à frente detalhadas, fazendo a ponte para o foco principal deste documento – a recuperação da paisagem periurbana - projetando um parque Agro-Urbano que detém um papel preponderante na abordagem do modelo territorial da cidade de Loulé.

2.1 Evolução das políticas urbanas na União Europeia e em Portugal

2.1.1 Na União Europeia

Como foi referido anteriormente as cidades começaram a obter um papel fundamental na política comunitária.

Um primeiro exemplo do reconhecimento deste papel preponderante no desenvolvimento da Europa ficou marcado pelo movimento das “Eurocidades” que surgiu na década de oitenta, constituído pelas grandes cidades e com os objetivos de promover a cooperação e o espírito de rede entre elas e com as instituições europeias e assegurar que os assuntos urbanos estavam presentes na agenda política da União Europeia (Berg, Braun & Meer, 2007).

Apesar de ainda não existir uma política exclusivamente vocacionada para as cidades, estas têm sido incorporadas nos programas e nos fundos comunitários, tornando-se de facto um dos seus eixos principais. No quadro (Anexo A1) poderá observar-se as principais iniciativas do sistema europeu nas últimas décadas neste âmbito.

Na continuidade do anterior referido, importa salientar que no quadro em questão a linha cronológica apenas se iniciar no ano de 1990, visto que antes dessa década as políticas e iniciativas comunitárias não se debruçavam diretamente sobre as questões das cidades, como afirmam Berg et al. (2007) “there is no evidence of an urban dimension of the EU policy” somente existiam alguns escritos como a Carta Europeia do Património que reconhecia os problemas na área da habitação e degradação do edificado, mas nunca se

referindo ao papel das cidades ou a dedicação de um capítulo ao urbanismo e ordenamento dos espaços no Plano de Ação Ambiental da Comunidade (1973).

Posto isto e com o intuito de se perceber de uma forma sintética os ideais urbanísticos a nível Europeu mostra-se a seguir um quadro que sistematiza de forma clara essa evolução do planeamento territorial.

...década de 1970	...década de 1980/90	Século XXI
Áreas Urbanas polinucleadas		Partilha de recursos + competitividade
Transportes (assegurar a mobilidade)	Maior utilização de transportes públicos	Melhoria da mobilidade Acesso a bens e a recursos
Ordenar o espaço como fator de melhoria das condições oferecidas	Planificação como suporte à melhoria do serviço prestado às comunidades	Gestão integrada Coesão
Cidadão enquanto utilizador		Cidadão como parceiro

Quadro 1 – Evolução das políticas urbanas europeias (1970 – Séc. XXI); Adaptado de Ribeiro (2008).

Em sumula e da leitura do Anexo A1 e do Quadro 1 percebe-se que a política urbana da União Europeia têm-se desenvolvido constantemente em torno das mesmas questões elaborando novos *inputs* ao nível dos conceitos e abordagens.

Relativamente ao futuro, as políticas urbanas propostas a nível Europeu têm vindo a convergir vários fatores, numa tentativa de tornar as cidades mais competitivas e mais ajustadas às necessidades de desenvolvimento (social, económico e cultural). O horizonte 2020 na Política Europeia aponta, assim, para um caminho de continuidade em busca de ações integradas que garantam o “funcionamento em rede e complementaridade entre áreas urbanas (modelo policêntrico), a melhoria das acessibilidades, a segurança e a justiça, a disponibilidade de serviços gerais à população, a atratividade económica, e o estabelecimento de regiões funcionais sempre na perspetiva de aproximar as ações das comunidades, trabalhando com e para elas, e definindo o ordenamento territorial numa base de desenvolvimento equilibrado que valoriza os recursos humanos, naturais e culturais – principal riqueza das comunidades” (Mateus, 2012).

2.1.2 Em Portugal

A evolução das políticas urbanas em Portugal não acompanhou o processo de urbanização do País que, embora tardio (segunda metade do século XX), foi acelerado tendo

despoletado um enorme conjunto de problemas no território. Atualmente existe uma “dupla desqualificação” – centros históricos com processos de despovoamento habitacional e de terciarização e expansões urbanas desordenadas, fragmentadas e sem infraestruturas (Ferreira, 1999). Enquanto que na Europa o planeamento territorial e urbanístico tinha o seu apogeu entre 1929 e 1979, como refere Ferreira (2004), Portugal encontrava-se num tempo de Ditadura (1926-1974), o que provocou um atraso na implementação de forma consolidada do sistema de planeamento.

No quadro (Anexo A2) é apresentado de forma cronológica os principais marcos da evolução do sistema de planeamento e das políticas do Estado com incidência urbana e territorial. De notar, que este se apresenta com dados a partir de 1974, dado que reflete um ponto de viragem no contexto político nacional, traduzindo-se como foi referido anteriormente na forma de pensar o planeamento territorial.

Da análise do quadro, conclui-se que “é evidente a evolução de um enquadramento administrativo que passa da preocupação de controle da expansão urbana das cidades (...) para a sua integração territorial” (Portas, Domingues, & Cabral, 2011).

Com o intuito de colmatar as lacunas deixadas pelos PDM's em questões essencialmente relativas a políticas direccionadas para a cidade, foram concebidos programas setoriais com aplicação a nível regional e local e que pretendem reforçar o papel dos centros urbanos no âmbito da sua revitalização e recuperação. No quadro (anexo A3) esquematiza-se de forma cronológica a evolução dos programas que se destinam de forma direta ou indireta às cidades portuguesas.

Como se pode comprovar pelo referido quadro apenas na década de oitenta (entrada de Portugal na Comunidade Europeia) é que surgiram os primeiros programas que se debruçavam diretamente sobre as problemáticas das cidades. Este facto deveu-se essencialmente aos apoios financeiros europeus que permitiram “uma enorme expansão do investimento público e a consolidação do edifício legal do Sistema de Planeamento”, assim como a “infraestruturação territorial e urbana e de implementação de políticas públicas” (Domingues, 2003).

Em sentido de reflexão e abordando o futuro das cidades em Portugal denota-se a necessidade de uma forma geral de voltar aos modelos tradicionais de cidade. Nestes modelos onde as antigas cidades portuguesas eram um belo exemplo, podem-se encontrar edifícios urbanos tradicionais, nos quais encontramos consultórios, residências, escritórios e lojas. Este modelo de uso misto dá vitalidade às ruas e reduz a necessidade do indivíduo

sair de carro para satisfazer as suas necessidades quotidianas, permitindo um menor número de vias de tráfego e através dele a diminuição de consumos energéticos. O princípio da comunidade urbana sustentável sobrepõe-se ao de comunidade urbana de consumo.

A par desta abordagem e numa lógica de continuidade do espaço urbano na cidade do futuro “deve ser reintegrada a ruralidade e a agricultura, a tempo parcial e complementar” (Telles, 1996). Para Telles, “um novo conceito de cidade deve ser pensado (...) devemos partir do princípio de que a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema: uma não pode viver sem a outra”. Telles defende também que “a cidade tem que traduzir a vontade e as necessidades das populações, respeitar a cultura, caso contrário estamos a fazer uma cidade no papel, contemplando apenas a estética, destinada a pessoas que não existem”. Deste modo, a ruralidade deve continuar presente também no espaço urbano, pois faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem, isto é, o *genius loci* (Norberg-Schulz, 1996).

Estas afirmações apesar de terem mais de dez anos patenteiam, o que as cidades portuguesas no futuro deverão ter em conta – a ligação campo-cidade - e vão de encontro ao subcapítulo seguinte que diz respeito ao paradigma das paisagens periurbanas em geral e o seu potencial de uso multifuncional.

2.2 O espaço urbano e periurbano e o seu potencial de uso multifuncional

Alguns autores, por exemplo, Allen, 2003; Gallent & Shaw, 2007; Rauws & Roo, 2011 têm estudado um novo paradigma que se revela na base da continuidade do urbano-rural como uma verdadeira estratégia de desenvolvimento territorial.

Entretanto, evoluíram novos conceitos acerca desta dicotomia urbano/rural que vieram perturbar a clareza dos modelos convencionais nas práticas do planeamento (Baptista, 2009)

Segundo Domingues (1992), tendencialmente, haverá cada vez menos coincidência entre os lugares de habitação, do trabalho, do consumo e do lazer, qualquer que seja a escala temporal e/ou espacial. Acrescenta ainda que, “reconheceram-se, assim, uma série de metamorfoses do urbano e rural”.

Baptista (2009) refere que a crescente tendência de urbanização dos espaços rurais, a sua estruturação produtiva e económica, e o aumento da mobilidade, traduziram-se num alargamento das “bacias” de emprego e das respetivas áreas funcionais das cidades, ao mesmo tempo que induziram o aparecimento de novas atividades e funções em áreas rurais, dando lugar ao conceito *periurbano*.

Castro (2014) refere que as características destes espaços passam pela localização junto a núcleos urbanos, pela edificação dispersa e em rápida transformação, e por uma composição social e económica com características diversificadas e em constante mudança. Para além disso, é um espaço de transição entre o rural e o urbano, onde coexistem ambos os usos e atividades associadas, conferindo-lhe a especificidade de um espaço multifuncional. Acrescenta outro aspeto que caracteriza estes locais e está relacionado com a sua forte ligação à cidade. Por um lado, o espaço periurbano tem uma certa dependência das áreas urbanas próximas que lhe providenciam serviços e equipamentos públicos. Por outro lado, servem a cidade, a nível infraestrutural ou de equipamentos, sendo muitas vezes a localização para atividades que fornecem diretamente a cidade, mas que precisam de características que esta não lhes pode providenciar, como espaço e preços do solo acessíveis. Por outro lado, existe uma migração de atividades que pretendem aproveitar as vantagens que as áreas periurbanas lhe oferecem, que passam pelas infraestruturas, existência de vários espaços verdes de recreio e a localização vantajosa.

Estas características são referidas por España (1991), como referido em Vale & Gerardi (2006), que define estes espaços periurbanos como “áreas plurifuncionais que se submetem a grandes e rápidas transformações económicas, sociais e físicas, além de possuírem um dinamismo marcado pela proximidade de um grande núcleo urbano”.

Outro aspeto na abordagem desta temática diz respeito à real importância do correto planeamento destes espaços.

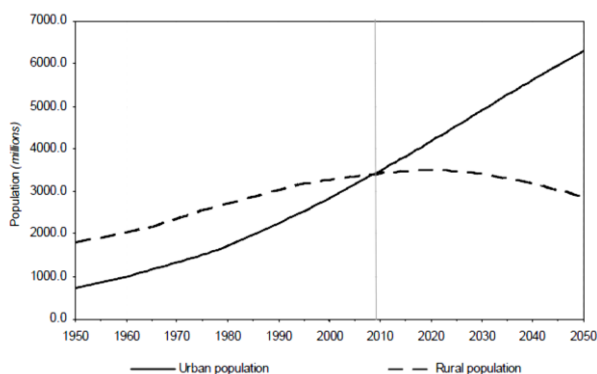


Figura 2 – Evolução da população urbana e rural do mundo;
Fonte: UN (2010)

Ano	População Urbana (milhões)		Percentagem Urbana	
	2009	2050	2009	2050
	6.435	8,9	60,1%	80%

Quadro 2 – Previsão da evolução da população urbana em Portugal de 2009 a 2050; Adaptado de UN (2010)

Observando a figura 2 e o quadro 2 verifica-se que de facto a sociedade atual tem nas suas mãos uma enorme responsabilidade no que diz respeito ao planeamento das áreas urbanas, periurbanas e rurais (UN, 2012). Assim, e focando essencialmente no caso português levantam-se três questões essenciais para uma reflexão acerca da importância desta dicotomia:

Uma vez que Portugal é um país com uma tendência para uma assimetria acentuada entre o litoral e o interior – denotar que as maiores cidades do país se localizam ao longo da costa – o que esperar que aconteça às cidades da faixa do litoral e do interior? Portugal, tornar-se-á num país, principalmente, urbano e conjuntamente dependente do setor secundário e terciário? Como é que 20% da população (a não urbana) conseguirá produzir alimento para os 80% de população (a urbana)?

Estas e outras questões salientam a necessidade de se incutir uma política de planeamento das áreas urbanas, periurbanas e rurais com vista à antecipação destes problemas através de uma análise integrada da paisagem tendo em conta que a “paisagem é um sistema e por isso deve ser pesado com uma visão de conjunto” (Barão, 2014).

Sendo assim, e nunca esquecendo esta visão conjunta e partindo do pressuposto que “se apostar na qualidade da paisagem é um ponto-chave no desenvolvimento de uma região, no caso da paisagem periurbana, apostar na sua qualidade pode significar: consolidar a malha urbana; atrair novos negócios; capacitar a cidade de mecanismos de subsistência; manter os processos naturais e promover a equidade social e coesão territorial” (Barão, 2014).

Barão, acrescenta ainda que, uma gestão adequada da paisagem periurbana pode ainda permitir responder aos diferentes cenários futuros que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos. Destes cenários, os mais importantes são o do *crash* do petróleo, as alterações climáticas e aumento populacional das áreas urbanas.

Em suma, são necessárias soluções inovadoras que se conjuguem com o interesse privado de forma a assegurar a competitividade e o desenvolvimento sustentável de determinado território como é o caso da proposta do Parque Agro-Urbano de Loulé. É neste contexto que a paisagem periurbana se apresenta à cidade e ao meio rural como uma oportunidade a ser aproveitada.

2.3 Os Parques Agro-Urbanos como oportunidade de valorização da paisagem periurbana

Como referido anteriormente, o espaço periurbano constitui uma interface. Uma interface é por definição um limite a dois sistemas, que os interliga e permite a comunicação entre os mesmos. Neste caso, a interface que é referida é a zona de transição entre a área urbana e a área rural. Esta transição é frequentemente feita por uma área que se desenvolve em gradiente, onde é possível observar as características urbanas a diluírem-se nas características mais rurais e naturais à medida que a distância à cidade aumenta (Council of Europe, 2011). Neste sentido, são necessárias propostas coerentes para que seja possível contrariar-se a tendência natural de fragmentação do território.

Neste capítulo irão ser abordados dois parques – o primeiro onde a componente agrícola é claramente dominante e o segundo onde a componente de multifuncionalidade e de aglutinação de várias atividades se destaca - projetados pela PROAP e que representam modelos de gestão territorial fundamentais para a regeneração das franjas de território localizadas nas zonas de transição urbano/rural. São, portanto, exemplos que devem ser entendidos como possíveis soluções distintas para a consolidação da paisagem periurbana.

Parque Urbano de Ferrara (Ferrara, Itália)

A cidade de Ferrara, capital da província de Ferrara, encontra-se situada a Norte de Itália, mais especificamente na região de *Emília-Romagna*. Conta com cerca de 130 000 habitantes e ocupa uma zona húmida e pantanosa que em tempos funcionou como reserva de caça.

A norte do centro histórico da cidade, no limite confinante às muralhas e ao rio e numa área de 1200ha, está localizado o sítio sobre o qual esta proposta foi elaborada.

A zona do Parque Agrícola de Ferrara corresponde a um território rico no passado, gerado por operações de drenagem dos pântanos que eram marcantes em época medieval nas margens do rio Pó.



Figura 3 – Localização do Parque Urbano de Ferrara e caracterização dos principais elementos presentes na sua envolvente; Adaptado de arquivos PROAP

Ao nível da ideia de projeto é definido um conjunto de indicações projetuais relacionadas com a materialização dos elementos necessários à consolidação de uma estratégia que, dentro de um padrão de uso agrícola e, em paralelo com o conjunto de regras a propor para o funcionamento da área de estudo, poderão desenhar este território.

Tal estratégia consiste na definição de uma estrutura constituída por elementos lineares, nodais e extensivos, capaz de desenhar um território novo – nem urbano, nem agrícola estabelecendo uma relação sinérgica entre a ruralidade e a urbanidade, pois representa uma zona de aptidão agrícola de caráter periurbano - fundamentalmente constituído por elementos sobrepostos a um tecido agrícola neutro, a que corresponderá a situação existente. Analisando os aspetos visíveis e mutáveis da área de estudo, pode-se descrever o território como preenchido por um coberto de sentido agrícola da cidade de Ferrara em relação ao contexto contemporâneo dominante na atualidade.

Parque Urbano de Valdebebas (Madrid, Espanha)

O projeto para o Parque Urbano de Valdebebas está definido dentro de um espaço de 2.600 km de largura, que concretiza e alberga uma enorme quantidade de equipamentos e atividades.

É uma zona claramente de ligação do espaço urbano e rural situando-se a Norte da Capital Madrilenha e do Campo das Nações ocupando grande parte de Hortaleza e uma pequena

parte de Barajas. É, portanto, um espaço marcado, essencialmente, por uma fronteira perimetral constante, firmemente construída.

A ideia projetual assenta essencialmente na topografia. A estrutura fisiográfica do terreno existente é salientada através da enfatização das morfologias mais evidentes e da geometrização das formas. No entanto, estrutura do terreno é mantida de acordo com uma estratégia de conseguir aproveitar as tendências e energias presentes no sítio. No fundo, o desenho do parque corresponde a uma clarificação e a uma estetização do existente com o objetivo de o transformar num sistema harmonizado com as novas funções do contexto.

É objetivo do parque transformar-se num recinto de experiências, de explorações, de arte, de espetáculos espontâneos, de grafitis, e ocupar, na consciência coletiva das populações das novas urbanizações e de toda a extensa área metropolitana a que serve, o lugar de espaço público, de lugar de encontro, de praça, de fórum.

De realçar ainda, a estratégia apresentada de grande economia de recursos pelo aproveitamento de todas as tendências espontâneas do sítio, tanto em termos fisiográficos, como em termos de carácter, como ainda em termos das relações com a envolvente urbana.

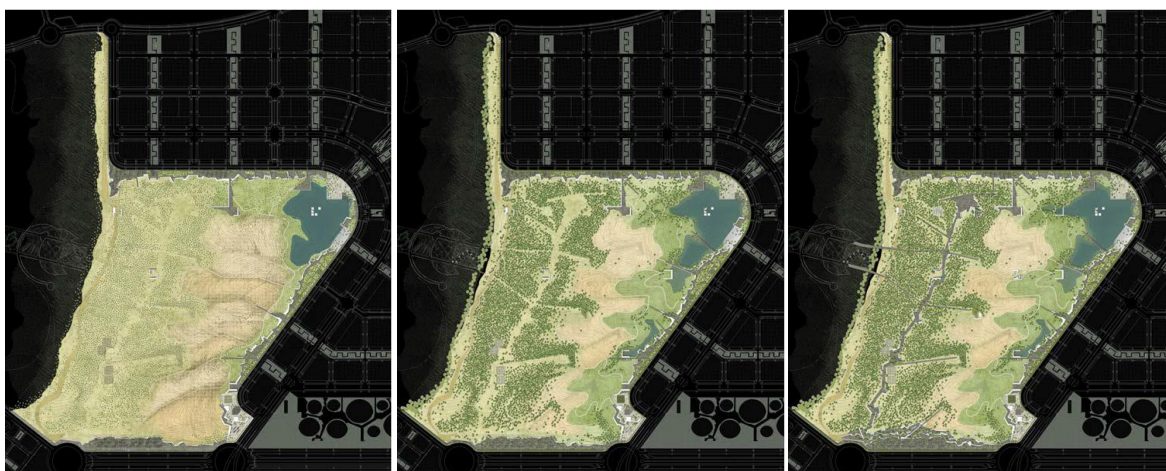


Figura 4 – Evolução temporal prevista para o parque; Fonte: Arquivos PROAP



Figura 5 – Diagrama de Circulações e de Vegetação; Fonte: Arquivos PROAP

III. A Cidade de Loulé e o Parque Agro-Urbano

3.1 Caracterização da Cidade de Loulé

Apesar da proposta do Parque Agro-Urbano de Loulé ser o foco principal do presente relatório, considera-se essencial pela sua importância e influência para a proposta do parque, a análise da cidade que se encontra no Anexo B.

3.2 Reflexão Crítica da proposta preliminar do PUCL – um modelo territorial para a cidade

Ao longo do desenvolvimento do projeto no âmbito de estágio curricular em atelier profissional foi-se percebendo que a CML destinava uma importância muito grande ao Parque Agro-Urbano no desenvolvimento territorial da cidade.

Este capítulo, surge, portanto, da necessidade de perceber o modelo territorial que estava a ser proposto na envolvente com o Parque Agro-Urbano.

Em primeiro lugar importa entender que inicialmente a CML definiu um limite de área de intervenção do PUCL que compreende a área delimitada pelo perímetro urbano e outro estabelecido em estudo pelo consórcio (Anexo C1). Esta alteração (Figura 6) verificou-se essencialmente na parte mais a oeste da cidade com a exclusão de terrenos adjacentes à circular de Loulé, na parte mais a norte com a inclusão de terrenos denominados *verde de enquadramento e de proteção* relacionados com a proposta de bacias de retenção adjacentes à linha de água e na parte mais a sul da cidade com a inclusão de uma área limitada pela ETAR denominada de *Espaço agrícola e Florestal de uso múltiplo* e que a longo prazo pretende a extensão do parque até à mesma (In'Loki; Mateus; PROAP & Nível, 2009).

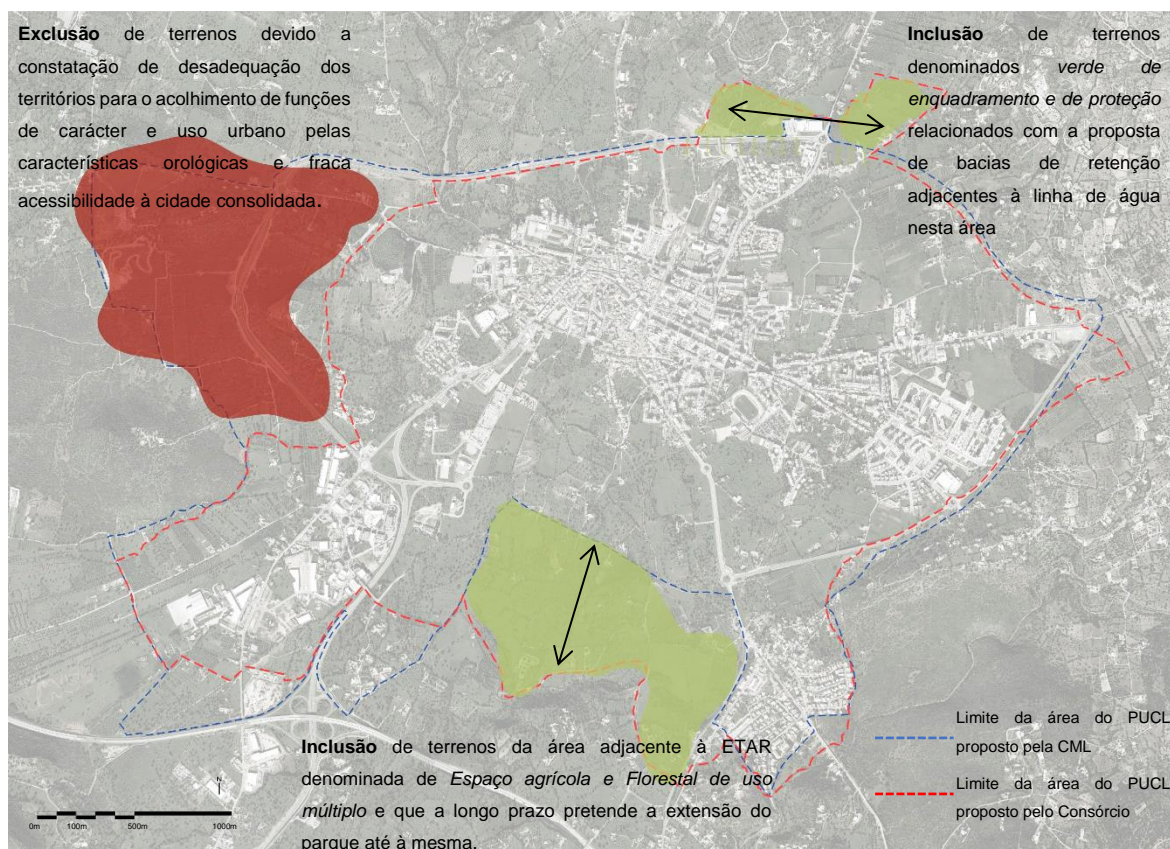


Figura 6 – Esquema justificativo das opções tomadas pelo consórcio para a alteração dos limites da área do PUCL.

Neste sentido, é argumentado pelo consórcio que a exclusão a oeste de terrenos se deve à constatação de desadequação dos territórios para o acolhimento de funções de carácter e uso urbano pelas características orológicas e fraca acessibilidade à cidade consolidada (In’Loki et al., 2009). No entanto, relativamente ao problema relativo ao pouco uso da circular a poente – reconhecido pela CML - seria necessário a inclusão destes terrenos num plano de ordenamento como o PUCL fomentando medidas que pudessem resolver o problema. A potenciação dos cerros circundantes a esta área num modelo territorial poderá se tornar um ponto de partida para que o movimento desta parte da circular se comece a sentir (Figura 6).

Pelo contrário as alterações efetuadas a Norte enquadram-se num possível correto planeamento optando por considerar o limite interior de proteção à via incrementado para uma distância de 50 metros ao limite da plataforma. Desta forma salvaguarda-se a possibilidade futura de um enquadramento urbano à via caso o desenvolvimento imponha a sua conversão para funções urbanas de distribuição e acesso local. Tomando como referência a linha de água e a proposta de bacia de retenção localizada a norte, definiu-se uma área de proteção e enquadramento à encosta e capela de Santa Luzia (Figura 6).

As alterações a Sul levaram a uma mesma correta lógica de planeamento que por oposição a uma delimitação que segue um esboço de traçado do que seria uma via periférica da cidade (de traçado aéreo pois não se articula com o território de suporte) propõe-se uma delimitação seguindo a estrutura cadastral de matriz agrícola que estrutura o território e que encerra em si valores patrimoniais excecionais (In'Loki et al., 2009) bem como a ETAR que poderá servir de apoio a uma futura extensão do parque (Figura 6).

Noutro nível de análise destaca-se a proposta da Planta de Condicionantes relativa ao PUCL (Anexo C2) comparada com o excerto da zona em questão da Planta de Condicionantes estabelecido em sede de PDM (Anexo B – Figura B20).

As maiores e mais importantes diferenças dizem respeito à substituição de áreas denominadas por *Áreas de verde Urbano de proteção e Agricultura Condicionada 1* por áreas de REN – essencialmente em áreas relativas ao Talvegue d'el Rei. A alteração a nível de planeamento em áreas com restrição de utilidade pública que condiciona a ocupação, o uso e a transformação do solo a usos e ações compatíveis com os seus objetivos, denota estas áreas de enorme importância em termos ambientais e ecológicos.

Por último, e tendo em conta o estudo realizado no âmbito deste relatório acerca da cidade de Loulé poderá ser realizado uma abordagem às propostas de planeamento relativas à planta de zonamento – entrega preliminar – do consórcio (Figura 7).

Em termos gerais o plano aparenta conter opções de planeamento interessantes (Figura 8), por exemplo, a inclusão de uma área próxima à área do parque denominada *Espaço de atividades económicas – polo tecnológico e serviços* complementando a oferta da zona empresarial e industrial da cidade. No entanto, importa referir que ao analisar a figura B18 Anexo B verifica-se a existência nesta mesma zona de um habitat denominado *Florestas Esclerofilas Mediterrânicas* cuja “formação se encontra mais próxima da comunidade climática, com considerável valor paisagístico regional e conservacionista, abrigando uma considerável diversidade florística e faunística”, sendo, portanto, necessário que a intervenção paisagística nesta área seja cautelosa. Outros exemplos de possíveis positivas opções de planeamento são as propostas de zonas denominadas *verde de enquadramento e proteção* praticamente em redor de toda a cidade estabelecendo-se um adequado enquadramento paisagístico e visual; o estabelecimento de diversas prioridades de espaços residenciais distribuídos pela cidade em zonas de acordo com planta de condicionantes conseguindo assim estabelecer alguma flexibilidade no desenvolvimento da cidade; a proposta de uma zona denominada *Espaço central* situada a este da cidade que completará o *Espaço central estruturante* já existente potenciando a mobilidade e

concentração das pessoas para outra localização e ainda a proposta de um espaço de parque urbano equipado na zona sul da cidade e posição central relativamente ao centro urbano, zona industrial/empresarial e aglomerado da Goncinha.

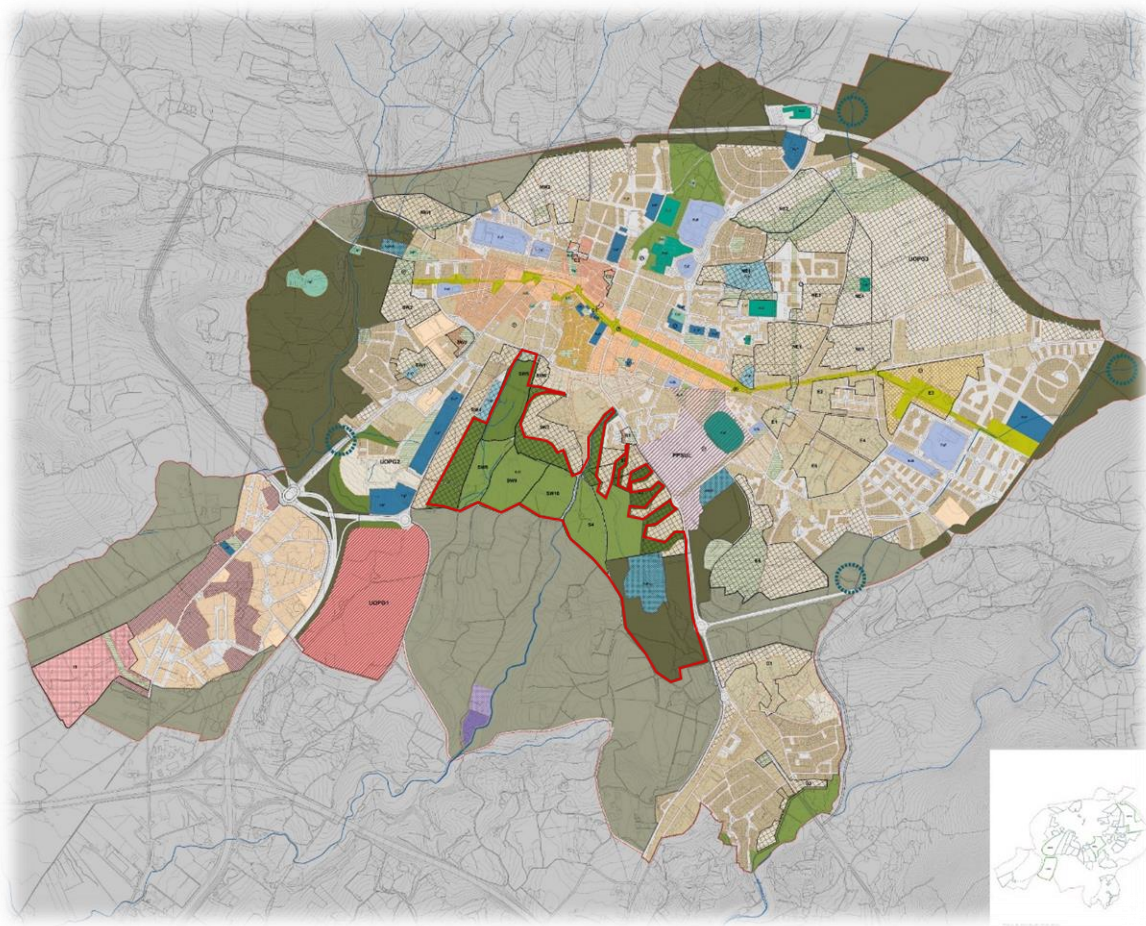


Figura 7 – Planta de zonamento da proposta preliminar do PUCL com zona prevista pela PROAP para a instalação do parque (a vermelho); Adaptado de Arquivos PROAP (Anexo C3)

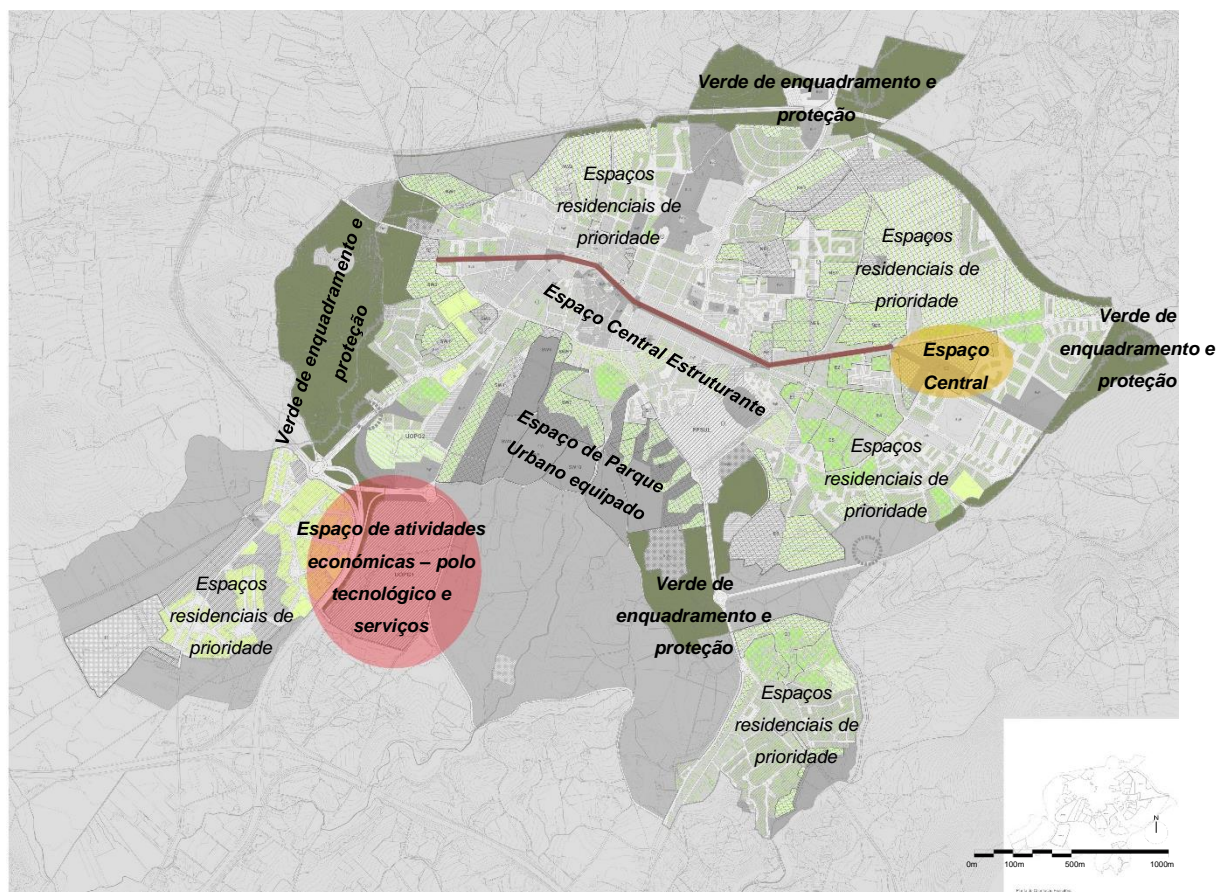


Figura 8 – Esquema ilustrativo de opções aparentemente interessantes da proposta preliminar do PUCL

Contudo, existem opções que possivelmente necessitam de uma melhor reflexão, nomeadamente a necessidade de haver uma maior ligação da área do futuro parque com a zona a norte da cidade relativa ao Parque Municipal. A extensão da zona verde do futuro parque através de ruas arborizadas conjugadas com a criação de novas aberturas de espaços verdes (*Espaço público de proximidade*) dando forma a uma estrutura ecológica urbana bem conseguida, poderá ser uma opção para que a ligação referida anteriormente se consiga. No mesmo sentido, espaços “muito consolidados” poderão necessitar de novos espaços verdes de proximidade, por exemplo a zona industrial/empresarial. A proposta de criação de novos espaços desportivos na cidade parece um pouco fora do contexto, principalmente pelo facto de a CML expectar que a zona de Parque potencie o recreio formal ativo (Figura 9). Por último, certamente o plano necessitaria de uma melhor reflexão sobre a temática dos transportes públicos. A necessidade de transportes mais eficazes principalmente noturnos potenciaria uma “vida” mais ativa na cidade que neste momento não existe nem é abordada no plano.

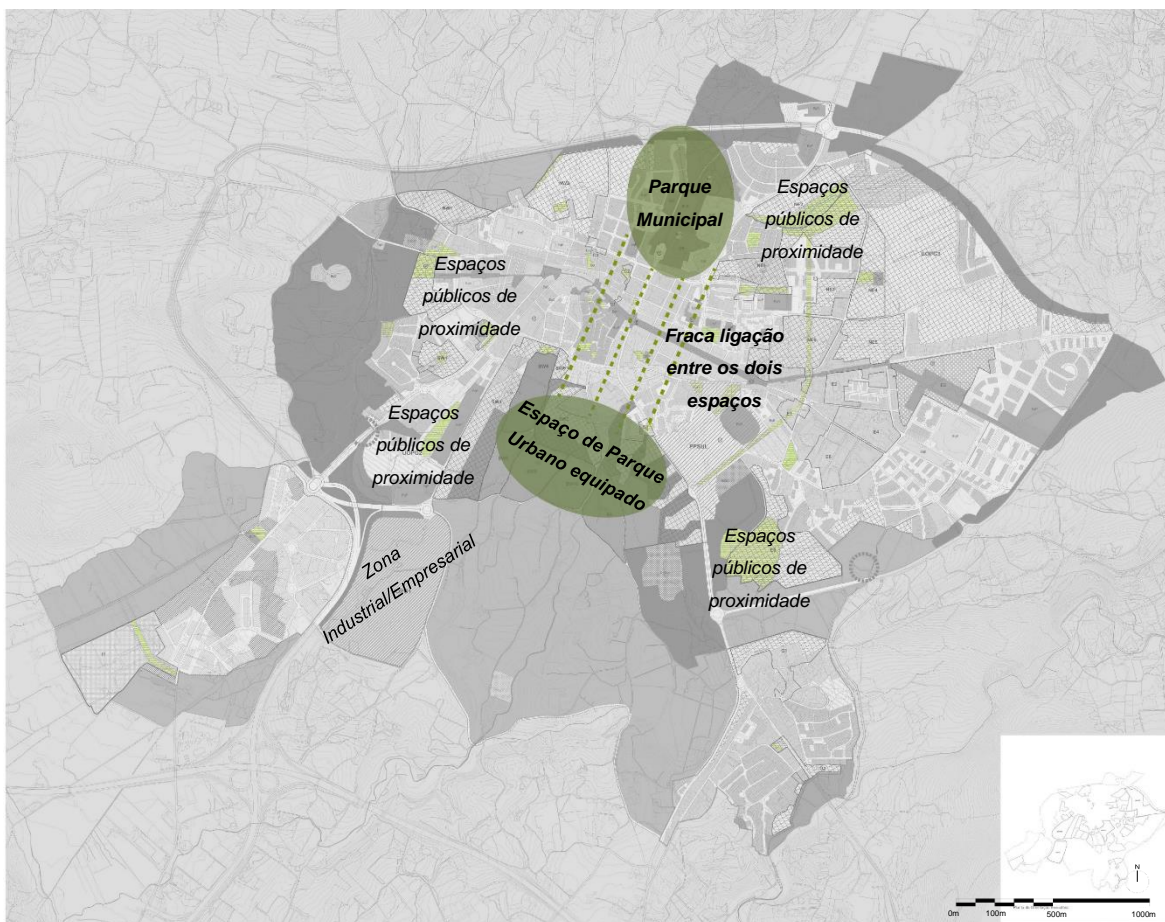


Figura 9 – Esquema ilustrativo de opções que possivelmente necessitam de uma melhor reflexão da proposta preliminar do PUCL

3.3 Identificação de pontos fortes e fracos

Através do levantamento e análise das componentes biofísicas e socioeconómicas do caso de estudo foi possível sintetizar num conjunto de pontos fortes e fracos as características que melhor retratam a cidade contribuindo desta forma para um melhor entendimento de toda a envolvente diretamente relacionada com a área destinada ao Parque Agro-Urbano.

A descrição destes pontos será elaborada em diferentes quadros (Anexo D), cada um referente aos pontos que poderão ser os mais importantes para a correta análise de uma cidade: demografia e recursos humanos; urbanismo, ambiente e paisagem; infraestruturas e equipamentos; mobilidade e transportes; cultura e património; atividades económicas.

3.4 Critérios para a delimitação da área do Parque Agro-Urbano

No âmbito do presente trabalho a delimitação do Parque Agro-Urbano de Loulé (aproximadamente 67 hectares) é feita tendo como referência principal, a carta de

condicionantes do PDM (Anexo B – Figura B20) relativa à área denominada como *verde urbano equipado* (área prevista pelo PDM para o parque urbano de Loulé)³

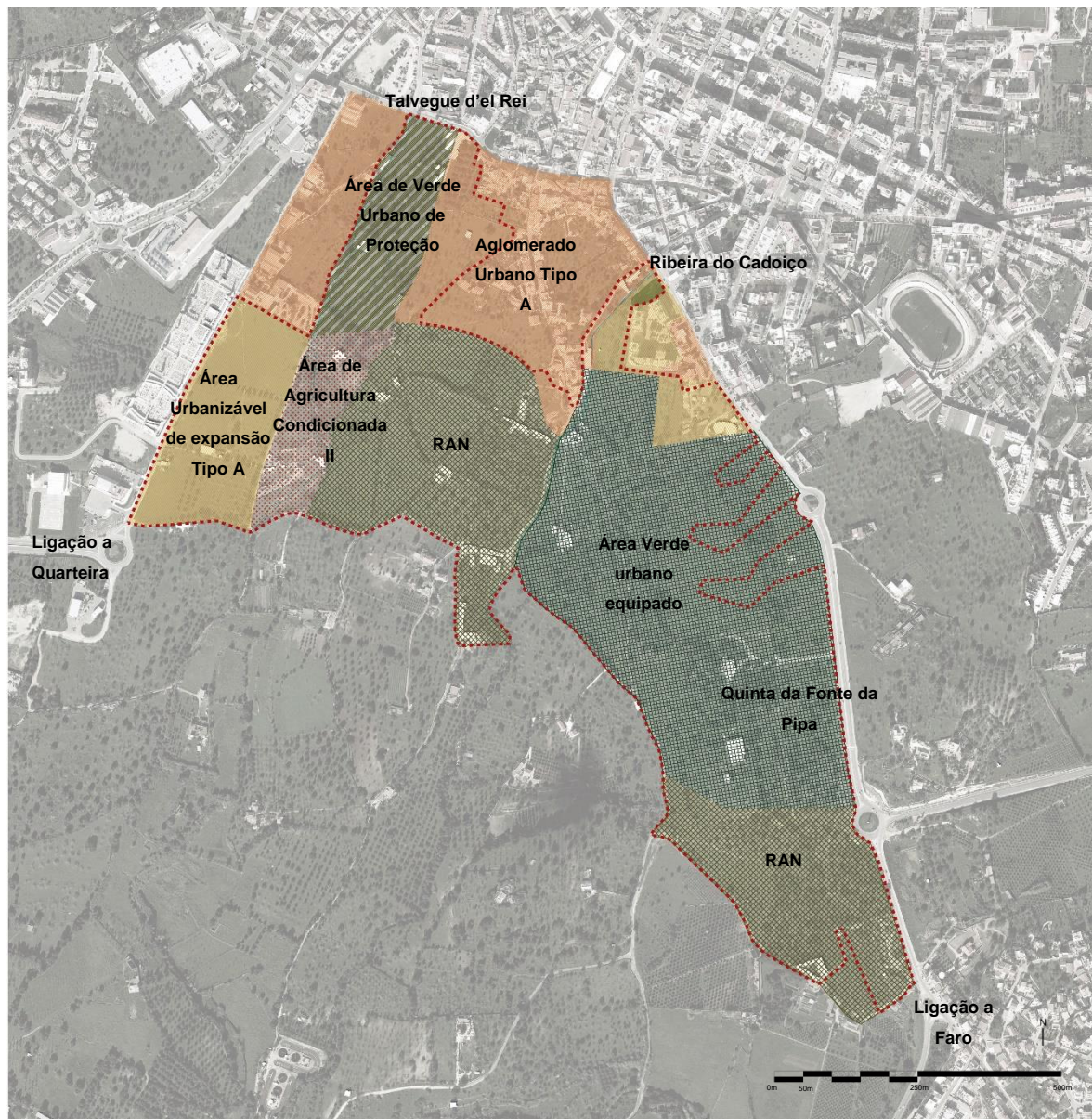


Figura 10 – Esquema ilustrativo das opções relativas ao limite da área de intervenção

Como se pode observar na figura 10 surgem outras áreas que quer pelo seu valor ecológico, ambiental, recreativo e/ou produtivo inerente ou potencial surgem como definidores da área do parque:

³ Apesar da proposta do presente relatório apresentar um limite de intervenção (Anexo F) diferente da usada pelo consórcio e respetiva proposta preliminar do PUCL (Figura 7 e Anexo C3) tem como principal referência para a sua delimitação, como referido, a área prevista pelo PDM para o parque de Loulé. Esta distinção surge essencialmente da análise e estudo que o autor do presente documento realizou à cidade e à proposta preliminar do PUCL.

- A existência de duas ribeiras nas proximidades;
- Áreas definidas em PDM como Área Urbanizável de expansão Tipo A, *Área de Verde Urbano de Proteção*, *Área de agricultura condicionada II*, *RAN*, *Área Verde Urbano Equipado* e *Aglomerado urbano Tipo A*;
- Limite a Sul definido por zona prevista para o fecho da circular e zona de área de produção privada adjacente à Ribeira do Cadoiço;
- Área relativa à quinta da fonte da Pipa (monumento classificado em PDM como “elemento patrimonial a classificar”;
- Limites a este e a oeste definidos pelas estradas que fazem ligação a Quarteira e Faro proporcionando uma nova imagem de entrada na cidade.

3.5 Situação Existente da área do parque

Uma vez que o trabalho de análise e caracterização foi realizado para toda a cidade de Loulé – do geral -, nesta fase, em que já se definiu a área do projeto – para o particular -, é fundamental observar com mais pormenor a presente escala no sentido de entender os fatores que possivelmente influenciariam a proposta para o parque.

À escala 1/3000 são analisadas questões que vão desde o cadastro existente, passando pelo estado de conservação de muros e condicionantes legais chegando à circulação existente que se tornará um dos principais problemas a resolver desta área.

No anexo E é apresentada cartografia e descrição de informação que resumirá o anteriormente referido.

Por fim, com o intuito de completar a informação desse anexo, é apresentado de seguida uma análise SWOT relativa aos pontos positivos e negativos da área de intervenção em questão:

Forças	<p>Zona com grande valor ambiental e paisagístico a proteger e a valorizar do ponto de vista da vivência urbana;</p> <p>Características bem demarcadas de agricultura de sequeiro e respetivos produtos;</p> <p>Topografia suave, mas com localização de cota mais altas propiciadoras de pontos de vista amplos e abrangentes adequadas a áreas de estra/miradouros;</p> <p>Existência de duas ribeiras com potencial ecológico, ambiental e paisagístico.</p> <p>Posição central relativamente ao centro urbano, zona industrial/empresarial e Aglomerado da Goncinha;</p> <p>Zonas agrícolas estreitamente relacionadas com as linhas de água.</p>
---------------	---

Fraquezas	<p>Zona periurbana praticamente apenas usadas pelos moradores dispersos.</p> <p>Imagem da entrada da cidade pela A22 (saída 12) desqualificada e dominada pela zona industrial de Loulé;</p> <p>Ausência de regularização e conservação dos leitos de cheia e margens das principais linhas de água;</p> <p>Zona urbana muito consolidada a delimitar a zona em questão;</p> <p>Acessos baseados em vias para veículos motorizados e com nível de qualidade reduzida.</p>
Oportunidades	<p>Integração na estrutura ecológica municipal;</p> <p>Edificado com uso possível de requalificação/inexistência de uso;</p> <p>Existência de zonas extensas sem qualquer tipo de uso</p> <p>Zona com excelente relação visual com o mar;</p> <p>Condições climáticas e de exposição que potenciam a fruição do espaço público;</p> <p>Paisagem dominada pelas culturas tradicionais de sequeiro (amêndoa, figo e alfarroba)</p> <p>Zona com potencial para aumentar o dinamismo económico através da produção e comercialização de produtos únicos;</p> <p>Possibilidade a longo prazo da integração de terrenos até à ETAR no dinamismo do parque urbano.</p> <p>Existência de um programa temático - rota de água – que passa pela área de intervenção;</p> <p>Existência de um programa de hortas sociais.</p>
Ameaças	<p>Povoamento disperso descaracteriza o uso do espaço e a paisagem;</p> <p>Parcelamento demasiado evidente podendo condicionar a implementação de certas ideias projetuais;</p> <p>Ribeiras parcialmente soterrada.</p>

Quadro 3 – Matriz SWOT da área de intervenção do parque

IV. Proposta: Parque Agro-Urbano de Loulé

4.1 Estudo Prévio⁴

O Estudo Prévio apresentado em seguida desenvolve a proposta do Parque Agro-Urbano de Loulé e é constituído por peças escritas e gráficas que permitem perceber as opções projetuais realizadas.

De salientar que, para uma melhor apreciação das opções tomadas é fundamental ter em conta conjuntamente os elementos escritos, seguidamente apresentados, e os elementos gráficos presentes no Anexo F.

4.1.1 Memória Descritiva

1) Introdução

A presente memória descritiva refere-se à fase de Estudo Prévio do Projeto do Parque Agro-Urbano da Cidade de Loulé. Este espaço constitui o limite inferior da cidade quase como que um limite “marginal seco”, uma margem extensa e difusa entre terra e mar, constituindo o espaço previsto para o futuro Parque Agro-Urbano de Loulé, uma primeira zona desta margem. É constituído na sua essência por terrenos agrícolas particulares servidos por caminhos públicos e atravessados por linhas de água. Encontra-se delimitado a Norte pela Rua Engenheiro Duarte Pacheco e a Este e Oeste por duas rotundas que em primeira instância por opção da Câmara se pretendia a sua ligação com o fecho da circular de Loulé. É um lugar que contém inúmeras potencialidades intrínsecas. Trata-se da construção do resultado da laboriosa atividade humana em constante processo de construção da paisagem no desenvolvimento de produções agrícolas de elevado valor (amêndoa, figo, alfarroba) que arroteou e construiu um território e criou instrumentos de gestão da água abundante. Na área de intervenção do Parque, a vegetação e os elementos construídos, de que se destacam os caminhos, os muros de contenção e os sistemas de rega, preservam ainda a estrutura da típica paisagem agrícola do barrocal algarvio, às portas da cidade construída.

O futuro parque constitui-se como peça fundamental da implementação da visão prevista do modelo territorial desenvolvido no âmbito do Plano de Urbanização da Cidade de Loulé

⁴ A proposta insere-se no âmbito do trabalho em Estágio Curricular e pretende focar-se em aspetos projetuais propostos pelo autor, distintos, mais abrangentes e mais detalhados do que a elaborada pelo atelier (Anexo G).

(capítulo 3.2 do presente relatório) e do desenvolvimento da cidade. A proposta do Parque Agro-Urbano vai, portanto, de encontro à concretização de diversos objetivos do PUCL:

- Garante a relação visual da cidade com o mar, a chamada “vista de mar” a partir de grande parte da cidade;
- Permite a inclusão, a prazo, de equipamentos acessíveis pedonalmente e de bicicleta, nomeadamente desportivos e culturais;
- Promove a articulação de valores patrimoniais (desde os muros e levadas dispersas ao palácio e espaço envolvente da Fonte da Pipa);
- Permite incrementar a densidade de construção na sua margem, com um desenho urbano cuidado, que relacione o tecido urbano com o parque ao invés de virar as “costas” ao espaço rural;
- Promove a valorização das produções agrícolas tradicionais e autóctones, e a sua articulação com o mercado da cidade;
- Valoriza a identidade da cidade e envolve os atores locais, nomeadamente associações de produtores;
- Cria condições de novas tipologias de mercado urbano que permitem combater a dispersão urbana existente ou prevista noutras zonas da cidade, como o que se sucede na campina.
- Cria um equipamento agro-urbano de atratividade regional com potencial para a criação de riqueza e atratividade de pessoas a Loulé, para visitar, e essencialmente viver;

Para a elaboração do projeto do Parque Agro-Urbano foram utilizados elementos base indispensáveis, tais como:

- 1) Levantamento topográfico à escala 1/2000 fornecido pelo cliente de toda a área do parque e à escala 1/500 da área do parque delimitada pelas duas ribeiras fornecido por entidade contratada em contexto de estágio⁵;

⁵ Alerta-se para o facto de todo o projeto se desenvolver sobre o levantamento topográfico à escala 1/2000 fornecido pelo cliente de toda a área do parque e à escala 1/500 da área do parque delimitada pelas duas ribeiras, podendo existir falhas ao nível da proposta relacionadas com esse facto e tendo condicionado uma melhor abordagem relativa aos elementos existentes. A informação fornecida no levantamento, não contempla algumas existências, verificadas aquando da visita ao local por parte do autor da atual proposta, a saber: Caminhos; Estruturas construídas (estruturas em alvenaria de pedra, construções precárias e tanques); Vegetação existente.

- 2) Relatórios de análise preliminares – elaborados pelo consórcio;
- 3) Documentos referentes a condicionantes legais aplicáveis à área do parque.

2) Enquadramento histórico e paisagístico

O enquadramento de Loulé na transição entre a serra e o litoral oferece-lhe a situação única de confluência do melhor das duas unidades de paisagem. Imediatamente aos pés da cidade, a área do futuro Parque Agro-Urbano goza dessa riqueza de paisagem pela acumulação de solos férteis enriquecidos pelo trabalho agrícola ao longo dos séculos.

A inserção da cidade em anfiteatro aberto sobre linhas de vista que chegam ao mar atribui ao espaço do parque uma posição fundamental na relação de vistas da cidade com a envolvente e torna a sua preservação como espaço verde produtivo e disponível fundamental para a qualidade de vida da cidade e para a configuração dos seus argumentos da sua atratividade regional para a qualidade do “viver”.

Desde o início dos relatos históricos que Loulé, cidade mercantil e burguesa, é referida pela abundante produção agrícola da área envolvente de frutos secos e riqueza das suas campinas, a par da sua posição estratégica comercial no contexto regional. No século XVIII Frei Agostinho de Santa Maria referia isso mesmo na sua descrição da Região Algarvia, em que elogia os seus campos frescos e agradáveis. A fácil comunicação com o resto da região e com “Portugal” e a instituição da Feira Franca valorizaram ainda mais todas as produções deste território, facilmente transacionáveis e escoáveis. Esta posição manteve-se até ao século XX, e ao desenvolvimento turístico da região, que levou Loulé a ser a “capital” dos algarvios, concentrando grande parte da administração pública e da vida económica da região.

As produções da “agricultura de sequeiro”, figo, amêndoa e mel conjugadas com outras produções de primores nesta área (fértil e especialmente rica em água), trouxeram até hoje esta conjugação de paisagem de potencial de lazer, mas também produtivo que o futuro parque vem revelar e promover.

3) Abordagem aos objetivos programáticos

Os objetivos do cliente para o espaço passam por:

- 1) Valorizar a estruturação existente, tirando o máximo de partido das circunstâncias favoráveis encontradas no terreno;

- 2) Assegurar a manutenção do uso agrícola como forma de valorização da paisagem agrícola típica do Barrocal algarvio, e da sua requalificação e consolidação para integração no futuro parque;
- 3) Garantir o reforço das principais ligações com a cidade e com o espaço circundante, evitando uma fratura espacial e social;
- 4) Assegurar a implementação de uma alternativa viária que atravessasse toda a área de intervenção para facilitar um mais célere acesso entre a zona sul poente e a zona sul nascente da cidade.

Numa perspetiva mais genérica os principais pontos que o cliente quer que o projeto responda têm que ver com a requalificação e consolidação da paisagem no sentido da sua transformação num local de usufruto público direcionado para as funções urbanas de recreio, lazer, cultura e desporto, aliando o retomar e o dinamizar da atividade agrícola numa perspetiva de economia produtiva.

4) Conceito, estratégia e objetivos da intervenção

O conceito de intervenção para o local em questão obteve-se através de uma ponderada consideração da análise efetuada nos capítulos anteriores. Desta análise e da pesquisa bibliográfica direcionada para o tema surgem ideias que estão intimamente ligadas com o âmbito deste projeto.

Ribeiro Telles afirmava em 1996 que “um novo conceito da cidade dever ser pensado (...) devemos partir do principio que a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema – uma não pode viver sem a outra.” Acrescentava ainda que “na cidade do futuro deve ser reintegrada a ruralidade e a agricultura, a tempo parcial e complementar”.

No mesmo sentido, Telles afirma que é necessário estabelecer o continuum naturale e culturale – conceitos muito enraizados na arquitetura paisagista em Portugal - que integra todos os elementos e ocorrências naturais e patrimoniais. Esta estrutura é fundamental para as relações entre as diferentes componentes da paisagem, tanto espaciais (espaço urbano, periurbano e rural) como temporais. Com ela se constroem pontos entre a urbanidade e a ruralidade, na perspetiva da configuração de um todo, onde o Homem do futuro encontrará a sua mais ampla e criativa maneira de habitar.

No mesmo sentido, e estritamente ligada com os ideais de Telles, surge Viljoen que em 2005 definia um novo conceito - *Continuous Productive Urban Landscape* (CPUL) - cujas ideias associadas são:

- 1) Entendimento da cidade como sistema natural. Restabelecimento dos processos de suporte à vida na paisagem urbana;
- 2) Integração da agricultura urbana e periurbana ao projeto urbano;
- 3) Integração de caminhos para pedestres e bicicletas ao projeto urbano;
- 4) Processo de projeto colaborativo e de sensibilização da população;

Este conceito consiste numa combinação coerentemente, planeada e concebida de *Paisagem Contínua*⁶ com *Paisagem Urbana Produtiva*⁷.

Neste sentido, e aliando o programa do cliente aos conceitos anteriormente referidos resulta como conceito de intervenção o *continnum naturale* e o *continnum culturale* que se tornam os componentes ideológicos estruturantes do Parque Agro-Urbano da Cidade de Loulé. A filosofia de conceção recorre às linhas orgânicas e biomórficas inspiradas no Talvegue d'el Rei⁸ e na Ribeira do Cadoiço (o principal elemento estruturante do espaço), como forma modelável de representar o contínuo natural. Por outro lado, o contínuo cultural é exibido pelas formas e marcas mais antrópicas, associadas às áreas de cadastro e seus acessos.

Genericamente, a estratégia de intervenção passa por tornar este local num sítio atrativo e multifuncional que consiga consolidar e promover uma suave transição do meio urbano para o meio rural e natural proporcionando uma nova e mais bem integrada imagem da entrada Sul da cidade de Loulé.

Pretende-se que o projeto consolide o limite sul da cidade, interligando os 3 aglomerados urbanos da cidade – centro urbano, área empresarial/industrial e aglomerado da Goncinha transformando-se num espaço de referência socialmente ativo, economicamente estável e ambientalmente responsável.

⁶ Paisagem Contínua, à semelhança do conceito introduzido por Caldeira Cabral, em Portugal, nos anos 50 – *Continuum naturale* – é uma ideia atual nas teorias da arquitetura e do urbanismo que já se começou a implementar, não de uma forma global, mas em troços, em algumas cidades do mundo. Consiste numa rede de espaços abertos, predominantemente permeáveis e construídos por vegetação, nomeadamente parques, ou espaços abertos interligados, muitas vezes referidos como uma eco estrutura ou uma infraestrutura. São libertos da circulação automóvel, permitindo o movimento pedonal no espaço aberto urbano. São uma alternativa ao uso do espaço aberto se a compararmos com as qualidades espaciais existentes dos pedaços dispersos utilizados e subutilizados dos espaços abertos urbanos. Deverão constituir uma enorme (infra)estrutura de paisagem percorrível que atravessa a cidade (Matos, 2010).

⁷ Paisagem Urbana Produtiva é um espaço aberto construído por vegetação e gerido de forma a ser económica e ecologicamente produtivo, por exemplo, providenciando alimentos através da agricultura urbana, a absorção da poluição, o efeito refrescante das árvores ou o aumento da biodiversidade nos corredores *verdes* (Matos, 2010).

⁸ A diferenciação nominal das duas ribeiras (Talvegue e Ribeira) surge apenas no sentido de dar continuidade a um nome que nos arquivos históricos é sempre efetuada.

Do ponto de vista da perspetiva do uso espacial do parque, este conseguirá que o uso privado predominante “viva” de uma forma articulada com o público, quer na produção agrícola, quer nas novas áreas de recreio formal e informal criadas, bem com na valorização da área patrimonial que constitui o Palácio da Fonte da Pipa.

Como elementos estruturantes na conceção do parque prevalecem a água e o solo. Relativamente ao elemento hídrico destaca-se a existência da ribeira do Cadoiço, do Talvegue d’el Rei e de estruturas hidráulicas. O solo, com elevada potencialidade produtiva (aluviossolos e solos calcários pardos e vermelhos), torna-se igualmente num elemento importantíssimo, pois é o suporte físico de todo o potencial do parque integrando em si o desenvolvimento de todas as estruturas naturais e humanizadas.

O parque apresentando como ideia conceptiva o *continuum naturale e culturale* distingue níveis de prioridade distintos, embora complementares para o envolvimento integrado do espaço.

O primeiro nível de prioridade foca-se na recuperação das margens e no restabelecimento das estruturas naturais através da aceção de uma estrutura de proteção, valorização e conservação⁹ do parque garantida a partir das orlas e das galerias ripícolas potenciando o *continuum naturale*, assegurando a biodiversidade, contribuindo para a qualidade das águas e para a manutenção e desenvolvimento de um inúmero conjunto de ciclos biológicos essenciais para o funcionamento biológico do parque. Estes sistemas complementam-se com as “bacias de retenção” da Ribeira do Cadoiço que asseguram que o fluxo natural das águas se conserva evitando cheias e inundações e aproveitando simultaneamente as suas mais valias acrescidas, nomeadamente a reutilização da água retida para outros fins, como sejam rega ou lavagem de espaços públicos, prioritariamente em períodos de escassez de água.

Num segundo âmbito prioritário surge o *continuum cultural* que diz respeito aos usos do solo, ao cadastro de propriedade, aos percursos e caminhos e património existente.

A estrutura de proteção e conservação aliada aos fatores culturais bem como a consideração das diferentes condicionantes legais definem as linhas gerais do desenho do espaço e no mesmo sentido os usos e funções mais adequadas para cada zona do Parque Agro-Urbano.

⁹ A estrutura de proteção, conservação e valorização diz respeito a áreas específicas do parque que além de outras funções (mais à frente descritas) preveem o estabelecimento do *continuum naturale* no território.

Em resposta aos objetivos programáticos do cliente surgem as ações sobre o qual a proposta se irá basear:

- 1) Reforço das linhas naturais e de outras existentes devido a ação direta do homem utilizando o conceito de *continnum naturale* e *continnum culturale* como linhas orientadoras;
- 2) Reabilitação e valorização das linhas de água, potenciando o seu caráter de corredor ecológico;
- 3) Criação uma estrutura de mobilidade recuperando e reestruturando a existente;
- 4) Recuperação e preservação das culturas e variedades tradicionais de cultivo de diversas espécies de referência;
- 5) Valorização e recuperação das estruturas construídas vernaculares no território: muros, caminhos, edificado, etc.;
- 6) Integração do “verde” do parque proposto no contexto urbano proporcionando um remate urbano da cidade com qualidade paisagística;
- 7) Reforço e aproveitamento das vistas para o mar e das particularidades intrínsecas da área de projeto criando espaço com diversas vocações (espaço polivalente e multifuncional);
- 8) Criação de um sistema produtivo sustentável e equilibrado a nível ecológico, que potencie o fluxo da população para o parque e que “relique” a cidade com as suas origens produtivas;
- 9) Desenvolvimento de uma estratégia comercial que permita a valorização económica do parque partindo de um conceito de criação de uma marca.
- 10) Promoção de ações pedagógicas sobre a população através de possíveis eventos culturais e educacionais.

5) Descrição da proposta

a. Organização Espacial e funcional

O parque Agro-Urbano de Loulé apresenta-se como o principal ponto de chegada Sul à cidade e conseqüente a primeira e renovada imagem que o utilizador vislumbra da cidade. Desta forma, o desenho da proposta e o seu conceito subjacente resultou no seguinte plano geral (Figura 11). O conceito terá que ser bastante lógico e sólido no sentido de transformar um território que apesar de a sua posição orográfica ter promovido historicamente a acumulação de solos férteis, nos últimos anos com o crescimento da região apoiado no turismo de praia e no conseqüente desenvolvimento imobiliário, os proprietários de terrenos da região passaram a ver as propriedades agrícolas como

potenciais zonas de desenvolvimento imobiliário, levando a um declínio no desenvolvimento e manutenção da atividade agrícola transformada em zonas expectantes.



Figura 11 – Plano Geral da Proposta (Anexo F – Folha 2.0)

Por outro lado, as ribeiras (Talvegue d'el Rei e Ribeira do Cadoiço) são os elementos centrais e fulcrais sobre o qual se desenvolve a proposta. Assim, a principal prioridade é recuperar o seu carácter de corredor natural, que permite a ligação às áreas naturais existentes, definindo uma estrutura de proteção/conservação contínua que faz a transição entre a zona mais produtiva (a oeste) e recreativa do Parque (a este).

A sua localização e orografia – Talvegue d'el Rei no extremo oeste do Parque e a Ribeira do Cadoiço numa zona mais central do Parque - permite que haja uma ligação natural de

todo o parque às cotas mais baixas (Figura 12) levando à formação de pequenos anfiteatros naturais direcionados para estes sistemas hidrológicos.



Figura 12 – Planta de Modelação e Sentido de Drenagem (Anexo F – Folha 4.0)

Uma vez que o conceito assenta no *continuum* natural e cultural surge uma segunda perspetiva: o estabelecimento desta mesma continuidade cultural, conseguida através do cruzamento dos limites cadastrais, caminhos, elementos construídos e respetivo estado e capacidade de uso do solo, resultando num desenho e ideia projetual que faculta ao parque diferentes áreas e usos (áreas de proteção e conservação, produtivas, recreativas etc.).

i. Áreas de proteção, conservação e valorização

No sentido de incluir a questão de domínio público hídrico previsto em PDM foram criadas áreas de proteção, conservação e valorização no parque nas áreas abrangidas pelas duas ribeiras e respetivas galerias ripícolas. É proposto um limite de 10 metros (PDM) a circundar estas áreas pressupondo restrições essencialmente ao nível da construção de novas estruturas. A proposta prevê a sua recuperação com a limpeza seletiva dos leitos das ribeiras e a plantação de árvores e arbustos autóctones (capítulo 4.2) que permita o restabelecimento da galeria ripícola com a colonização pela fauna e flora respetiva.



Figura 13 – Áreas de proteção, conservação e valorização

Nestas áreas de proteção prevê-se a recuperação de alguns açudes existentes e respetivos mecanismos hidráulicos. Estes equipamentos e instalações terão fins lúdicos e de perceção das dinâmicas de produção, transferência e usos de energia pelos utilizadores do parque.

Para além destas áreas são propostas zonas de mata densa contíguas ao palácio da fonte da Pipa, que cumprem essencialmente dois objetivos principais:

- Limitar as vistas e reduzir as influências potencialmente negativas das áreas exteriores ao parque;
- Maximizar a área permeável do parque e criar áreas de proteção adicionais para as espécies animais e vegetais.

Em suma, estas áreas de proteção, conservação e valorização surgem como essenciais para a manutenção dos processos biológicos do parque e servem para estabelecer o contínuo natural inerente ao conceito do parque.

ii. Áreas de recreio e lazer

As áreas de recreio e lazer surgem com a necessidade de criar um parque multifuncional que para além da componente produtiva tenha capacidade para que as pessoas possam

de facto permanecer no parque desenvolvendo atividades consoante a necessidade ou gosto.

A sua localização foi projetada tendo em conta a planta de condicionantes do PDM que contempla *verde urbano equipado* para estas áreas.

As áreas de recreio e lazer do parque dividem-se essencialmente em dois tipos: recreio formal e recreio informal.

O recreio formal foi projetado para corresponder às necessidades da cidade dum espaço polidesportivo. A área localiza-se junto à



Figura 14 – Áreas de recreio e lazer

entrada principal do parque (entrada a Norte – ligação direta com a cidade), ao “Parkway” e ao edifício reconvertido no centro de receção e de informações do parque. Este espaço com capacidade de carga mais elevada estará munido de dois parques de estacionamento diretamente relacionados com o “Parkway” (um para automóveis e outro com capacidade para estacionamento de autocarros) dois campos de ténis, um campo de basquetebol, um campo de futebol 11x11, um percurso de manutenção, zonas de enquadramento relvadas, balneários, um parque infantil e zonas pavimentadas de apoio à estadia formal. Além disto, estão previstas áreas que poderão ser utilizadas para a expansão da oferta polidesportiva caso se verifique essa necessidade no futuro. Esta oferta polidesportiva e multifuncional permite desde logo oferecer a partir da cidade uma nova imagem da paisagem periurbana – uma paisagem mais ativa (Figura 15).



Figura 15 – Zona Polidesportiva e Hortas Urbanas (Anexo F – Folha 3.1)

Na complementação da estrutura de recreio formal do parque e fazendo proveito da mata densa proposta surge uma zona de trilhos BTT projetados tendo em conta o relevo natural desta zona do parque.

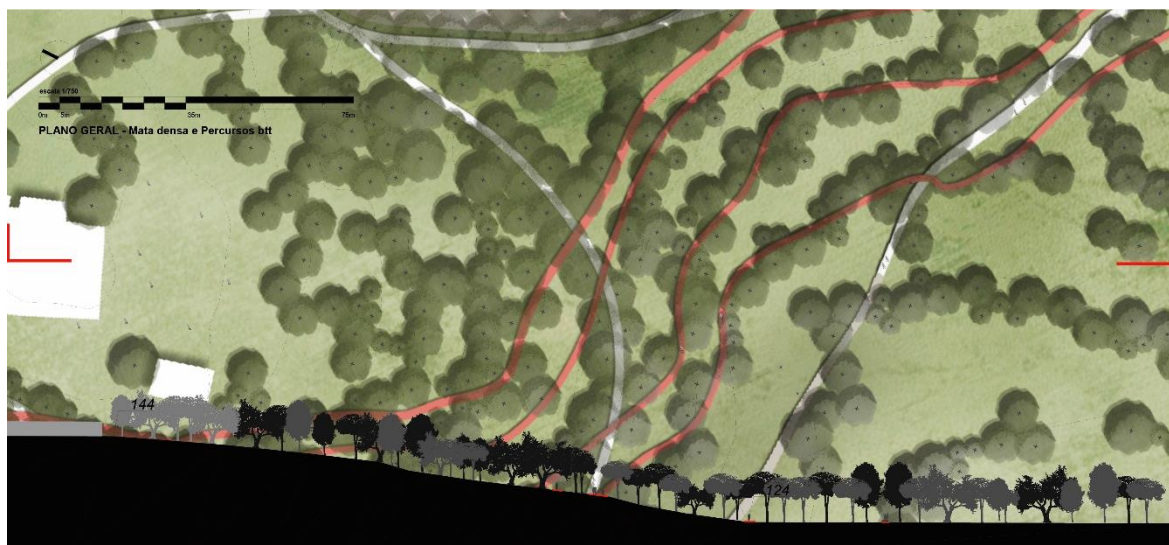


Figura 16 – Mata densa e percursos BTT (Anexo F – Folha 3.2)

Relativamente às áreas de recreio informal, apesar de serem como o próprio nome diz, informais, algumas áreas apresentam estrategicamente determinadas estruturas que ajudam a direcionar o uso.

Começando pelas áreas de recreio informal que não apresentam qualquer tipo de estrutura, estão projetadas em área ladeadas por espaços de produção o que em certa medida permite uma articulação de usos entre dois aspetos que à partida não se conjugam – produção e recreio.

No sentido de permitir que o parque tenha uma utilização mais ativa numa zona de mata densa e contigua ao palácio da fonte da Pipa é projetado um parque de estacionamento que possa albergar caravanas com uma área adjacente de apoio a campistas. No sentido de serem criadas melhores condições para acolher esta modalidade turística, a área em questão é proposta numa zona onde as pessoas encontrarão todas as condições para uma estadia mais confortável (perto do “Parkway”, Hostel, café, percursos BTT e Palácio Fonte da pipa). Neste sentido é nesta zona contígua à mata densa que se prevê a criação de um outro centro do parque com características mais recreativas.

Uma última área de recreio informal, sem estruturas, é a clareira do parque. Localizada na zona central do parque a uma cota mais baixa e ligada à galeria ripícola da Ribeira do Cadoiço torna-se fundamental para o desafogo de vistas do parque e para um usufruto do mesmo relacionada com um âmbito de anfiteatro natural devido à modelação do terreno

natural que a ladeia e à estreita conexão com a zona de recreio informal munida de estruturas pergoladas (funcionam como observatórios de contemplação) e murete-banco (Figuras 17 e 18).

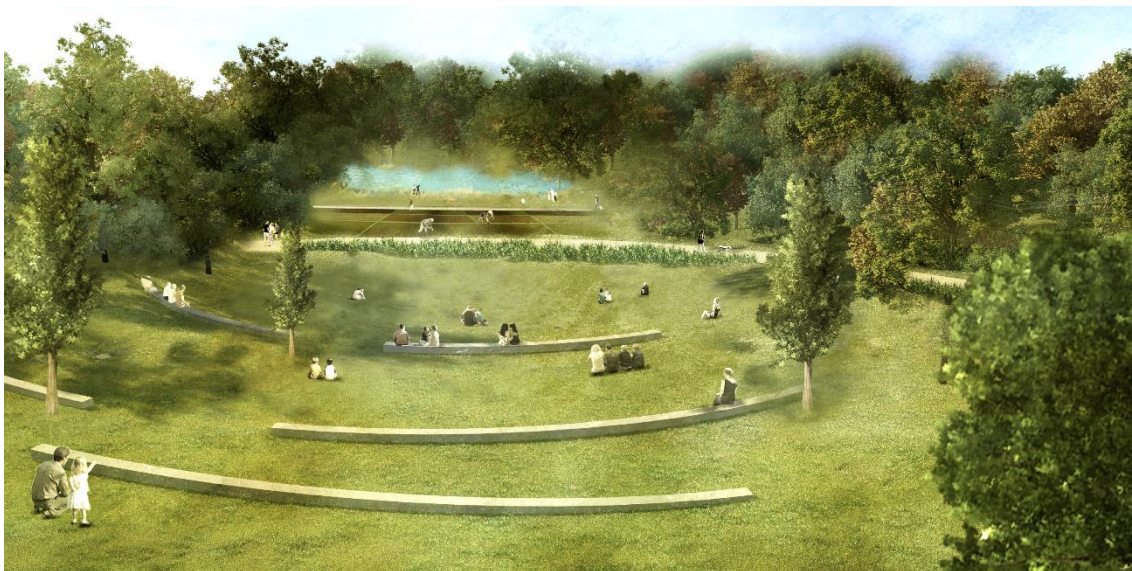


Figura 17 – Visualização do anfiteatro natural do parque constituído por estruturas muretes-banco, clareira, espaços produtivos e galeria ripícola



Figura 18 – Visualização da clareira principal do parque

Como referido anteriormente, é projetada uma zona de muretes-banco e estruturas pergoladas que, a uma cota mais alta que a clareira e que a Ribeira do Cadoiço, permite visualizar uma paisagem de anfiteatro natural bastante interessante. Outra zona de muretes-banco e de anfiteatro natural é criada na zona mais oeste do parque estritamente ligada ao pomar de sequeiro e ao Talvegue d'el Rei (Figura 19).



Figura 19 – Visualização da ligação de zona de muretes com estruturas pergoladas

Por último, mas não menos importante, junto às bacias de retenção do Talvegue d’el Rei e Ribeira do Cadoiço são propostas zonas com estruturas picnic onde as pessoas podem de facto junto a um elemento de água desfrutar das suas refeições e das vistas com mesas e bancos em pedra granítica.

As bacias de retenção propostas – zonas sul do Talvegue d’el Rei e da Ribeira do Cadoiço, apoiam-se da alteração da modelação destes espaços. Esta ideia surge com o objetivo de atingir três objetivos essenciais:

- A minimização dos problemas de cheias e de riscos de inundação referidos no capítulo de análise da cidade de Loulé;
- O retardamento e amortecimento da velocidade da água;
- Criação de um espelho de água que constituirá uma das zonas mais importantes de recreio e lazer do parque, criando inúmeras possibilidades de estadia e contemplação.

iii. Áreas produtivas

As áreas produtivas estão confinadas em grande parte entre a Ribeira do Cadoiço e o Talvegue d’el Rei e localizam-se em zonas denominadas *de áreas de proteção, agricultura condicionada 2 e RAN* segundo planta de condicionantes do PDM. Estas dividem-se em dois grupos principais: as produções privadas a integrar no parque e as produções públicas do parque. Estes dois grupos incluem dois tipos de culturas – regadio e sequeiro.

As explorações de regadio encontram-se nos solos mais produtivos e com disponibilidade de água na proximidade.

As áreas de produção de sequeiro encontram-se também em solos com elevada capacidade de uso, mas uma vez que se localizam a distâncias maiores dos principais pontos de água existentes, a sua aptidão remete para usos não dependentes de rega, logo para culturas de sequeiro.



Figura 20— Áreas produtivas privadas (verde escuro) e públicas (verde claro)



Figura 21 — Áreas produtivas públicas (regadio – azul claro e sequeiro a azul escuro)

As produções privadas a integrar no Parque são sem dúvida as áreas em maior número no parque. Estas produções privadas, cujo principal objetivo e proposta passa pela comercialização da produção, oferecendo aos proprietários uma série de benefícios nomeadamente, a possibilidade da utilização da marca¹⁰ (aproveitamento do funcionamento das hortas sociais já existentes na área do parque) e do mercado do parque na comercialização da produção. Reciprocamente, o produtor privado terá de ceder algumas contrapartidas ao parque, tais como, a livre circulação dos utilizadores do parque nos percursos contíguos às explorações privadas.

As produções públicas do parque – hortas sociais, hortas urbanas, pomar e horta comunitária, pomar e horta solidária, pomar tradicional de sequeiro, olival e vinha e hortas da quinta pedagógica serão áreas destinadas a qualquer cidadão ou entidade que mora ou não na cidade e destina-se a público nacional e internacional.

Algumas destas produções poderão reger-se por algumas regras de funcionamento gerais e de distribuição de terrenos. As hortas urbanas, o pomar tradicional de sequeiro, olival e

¹⁰ No sentido de aproveitar e incorporar uma marca e respetiva linguagem gráfica já conhecida pelos utilizadores poderá ser usada para todas as produções públicas do parque uma linguagem semelhante à existente relativa às hortas sociais.

a vinha serão instalados em terrenos que poderão estar sujeitos às seguintes regras-base após preenchimento de ficha de candidatura:

- Os terrenos serão numerados e sorteados numa primeira instância;
- Numa segunda fase estes funcionarão com o sistema de aluguer por prazo mínimo de recolha dos produtos cultivados pela primeira vez;
- Por cada recolha dos produtos cultivados será necessária uma renovação do aluguer dos terrenos;
- O aluguer será composto pelo pagamento de uma renda simbólica, ou cedência de parte da produção no valor da renda para comercializar no parque. Existe ainda uma forma alternativa de pagar a renda que é através de trabalho no pomar e na horta solidária, sendo que em todo o caso, os rendimentos obtidos através das rendas revertem a favor da manutenção e iniciativas do parque;
- Os proprietários comprometem-se no fim do aluguer a deixar o terreno num estado de conservação semelhante ao anterior registado no início do aluguer;
- Em sistema especial funcionam o pomar tradicional de sequeiro, olival e a vinha cuja 1ª utilização passa diretamente pelo sistema de aluguer e não pelo sorteio. Nestes terrenos os proprietários terão de obrigatoriamente além do aluguer trabalhar no pomar e na horta solidária.

De seguida segue-se uma descrição mais detalhada de cada terreno produtivo público que é proposto para o Parque Agro-Urbano.

As **hortas sociais** localizam-se numa zona a norte do Parque contígua ao talvegue d'el Rei e surgiu como proposta da Câmara Municipal de Loulé como forma de proporcionar aos cidadãos, em especial aos mais carenciados, a possibilidade de cultivarem e assim poderem usufruir de produtos agrícolas frescos, produzidos por si e pelo seu agregado familiar. Os interessados em dispor de um talhão nas Hortas Sociais de Loulé devem apresentar à Câmara Municipal de Loulé uma ficha de candidatura¹¹, que se



Figura 22 – Excerto
Plano Geral – Hortas

¹¹ As hortas sociais, uma vez já em funcionamento apresentam já disponível um regulamento aprovado em conselho de ministros e uma ficha de candidatura. Estes documentos podem servir como exemplo para aplicação noutros terrenos produtivos públicos do parque.

encontra disponível no website do Município, tendo prioridade as famílias com rendimento per capita inferior à retribuição mínima mensal garantida. Estas, na proposta projetual do Parque Agro-Urbano surgem à margem de outros terrenos produtivos públicos nomeadamente porque não preveem a venda dos seus produtos e possuem critérios de seleção de utilizadores beneficiando aqueles com carência económica.

As **hortas urbanas** situam-se na zona a norte do parque contíguas à cidade e desenhadas estrategicamente próximas entre as duas ribeiras, caracterizando-se por apresentarem uma morfologia irregular em mosaicos sobrepostos de forma a que a morfologia das pequenas explorações agrícolas seja recuperada.



Figura 23 – Excerto Plano Geral – Hortas urbanas

Os produtores das hortas urbanas terão a possibilidade de comercializar os seus produtos excedentários no mercado do parque, sendo os produtos marcados com a marca do parque que assegura uma produção baseada em princípios de produção comuns a definir posteriormente.

O **pomar tradicional de sequeiro** cumpre os objetivos de produção de produtos característicos deste tipo de exploração no contexto algarvio, ou seja, o figo, a amêndoa e a alfarroba. Associado a este tipo de exploração podem ocorrer outras explorações de sequeiro de carácter anual, como por exemplo a fava. Em ambos os casos, a produção também se destina à transformação, comercialização ou consumo direto dentro do parque, certificando-se em qualquer caso a sua origem, quer seja como produto bruto ou transformado. O pomar tradicional de sequeiro assume ainda a função de criar



Figura 24 – Excerto Plano Geral – Pomar tradicional de sequeiro

uma zona semiaberta, contigua à galeria ripícola do Talvegue d'el Rei em que é possível a estadia informal passiva ou ativa, principalmente junto às árvores que providenciam a sombra tão apetecível nos dias mais quentes ou então nas clareiras ideais para os dias mais frescos. Em todo o caso, é uma área com grande aptidão para as atividades ao ar livre, como por exemplo as merendas, passeio de animais, etc. É uma zona equipada com muretes-banco que privilegiam a estadia e as vistas sobre a galeria ripícola sempre tendo em conta a modelação natural do terreno.

O **olival e a vinha** situam-se ambas nos limites da área de projeto, a este da Ribeira do Cadoiço e numa zona próxima ao futuro centro de energias renováveis do parque podendo servir de apoio ao centro para experimentos de sinergias entre as energias renováveis e a agricultura. Em ambos os casos, a produção destina-se à transformação, comercialização ou consumo direto dentro do parque, certificando-se também a sua origem.



Figura 25 – Excerto Plano Geral – Olival e vinha

O **pomar e a horta comunitária** surgem como suporte do processo participativo que o parque pressupõe no sentido de os seus lucros serem a favor da manutenção e iniciativas do parque. Localizam-se numa área que compõe a zona central do parque composta por café, mercado, áreas pavimentadas de apoio, “Parkway”, quinta pedagógica, entre outros. Prevê-se que este centro seja o “coração” do parque em termos produtivos/económicos e recreativos. Pretende-se que qualquer cidadão possa participar, trocando o seu trabalho por produtos ou vegetais frescos. Os excedentes produzidos serão reencaminhados para o mercado do parque e os fundos obtidos reverterão a favor da manutenção e iniciativas dentro do mesmo.



Figura 26 – Excerto Plano Geral – Pomar e horta comunitária

As **hortas da quinta pedagógica** localizam-se numa zona próxima de vários edifícios existentes a remodelar e contigua ao “Parkway” proposto. Esta área de produção que se destina, sobretudo, à pedagogia para os mais novos, tem como objetivos produtivos as aromáticas, a floricultura e as hortícolas. Serão comercializadas no mercado do parque, como meio de autofinanciamento da própria Quinta Pedagógica. As hortas da quinta pedagógica produzem ainda forragens para a alimentação dos animais da quinta.



Figura 27 – Excerto Plano Geral – Hortas da quinta pedagógica

No **pomar e na horta solidária** pretende-se envolver a população em geral, incluindo os titulares dos lotes das hortas urbanas, instituições sociais, escolas e alunos dos mais diferentes níveis escolares, de modo a participarem em jornadas de trabalho, em que a produção reverte para os mais carenciados e para instituições de solidariedade social.

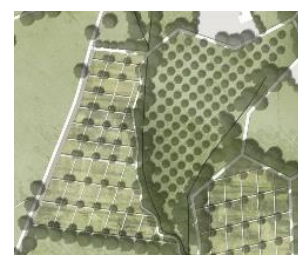


Figura 28 – Excerto Plano Geral – Pomar e horta solidária

De destacar ainda que, é proposto que todos os materiais e produtos necessários para a correta produção no parque

possam estar disponíveis gratuitamente no edifício dos arrumos agrícolas e oficinas do parque.

b. Estrutura de mobilidade



Figura 29 – Estrutura de mobilidade

A estrutura de mobilidade surge nesta proposta como um elemento fundamental para a correta fruição e dinamização do espaço.

Os atuais percursos na área do parque resultam do traçado do cadastro, e secundariamente da assunção de descontinuidades topográficas e traçados permanentes no manejo dos terrenos agrícolas. Estes percursos estabeleceram-se ao longo dos tempos caracterizados pelos elementos que os limitam e envolvem, nomeadamente muros, sebes, levadas de água, alinhamentos arbóreos de valor

paisagístico e produtivo como oliveiras. Associados aos caminhos surgem em especial destaque os muros em alvenaria de pedra rebocada com argamassa hidráulica tradicional. Tornam-se, portanto, elementos com grande destaque, na paisagem existente e importantíssimos para uma correta análise e projeção da estrutura de mobilidade.

Apesar da importância dos percursos existentes estes necessitam de ser complementados com percursos que deem resposta aos novos usos e funções que estão patentes na proposta. Estes percursos estão desenhados no Anexo F – Folha 5.0.

Por outro lado, a ligação rodoviária entre ambas as encostas que dão para o parque é uma antiga ambição dos louletanos. Esta ambição era reforçada pela perspectiva de uma ligação em via rápida pela circular em tempos prevista. No desenvolvimento do modelo territorial proposto pelo consórcio, e com a atualização do pensamento sobre a cidade, essa intenção é hoje vista como desadequada além de que os custos superam em muito os benefícios, nomeadamente a sua concretização estabeleceria uma forte barreira na relação da cidade com o território natural de suporte e na quebra do sistema de vistas com o mar, a sul. Contudo, é necessário rever uma conexão rodoviária que se interligue com o Parque Agro-Urbano proposto de uma forma mais evidente e que assegure a passagem do tráfego de proximidade e a acessibilidade a toda a multifuncionalidade do parque. Esta via denominada de “Parkway” terá características que imponham baixas velocidades, bem

como partilha um corredor destinado ao trânsito ciclável e ao deambular pedonal pelo parque, gozando de arborização e soluções que privilegiem os melhores enquadramentos visuais.

Importa ainda salientar que os possíveis pavimentos relativos à estrutura de mobilidade estão propostos no capítulo 4.2.

c. Estruturas construídas

Os elementos construídos são tidos como ponto fundamental na elaboração desta proposta, o que inclui, edifícios e estruturas com valor, tal como edifícios que apesar de não terem especial interesse do ponto de vista arquitetónico, tem potencialidade para a reutilização noutros fins do interesse da proposta. Nesse sentido, os edifícios existentes sem uso ou ocupação atual dentro da área de projeto são reabilitados após serem adaptados, com o intuito de enriquecer tanto quanto possível a proposta, propondo-se a possível criação de¹²:

- **Quinta pedagógica** – Será um edifício que juntamente com as suas hortas conseguirá oferecer à comunidade, essencialmente aos mais jovens uma componente educativa focada na agricultura.

- **Centro Tecnológico Agrícola de Loulé** – Trata-se de uma possível incubadora de empresas para empresários, jovens agricultores e empresas, e a construção de estufas com ambiente controlado para experimentação do setor profissional e académico. Este projeto estará aberto a toda a comunidade, mas servirá, idealmente, estudantes, recém-licenciados e produtores agrícolas. A ideia é reforçar a investigação, antecipar e corrigir erros de produção, fomentar o desenvolvimento tecnológico e a inovação como vantagens competitivas.

Cafetaria/restaurante e esplanada: a cafeteria/restaurante e esplanada é proposta para a área que se espera ser o principal ponto de convergência do parque (e localizada estrategicamente no centro de diversas funções do parque. Partindo desse princípio, espera-se que ao propor este tipo de serviço se complemente e maximize a aptidão destas áreas, para uma estadia mais prolongada ou para trazer pessoas ao parque sem ter, necessariamente, de ser por causa da produção ou pelas áreas de recreio e lazer.

¹² De salientar que as estruturas construídas propostas para reabilitação são apenas sugestões que em certos casos poderão estar um pouco desenquadradas com a realidade atual da cidade.

- **Hostel** – O objetivo principal desta sugestão para a reabilitação de edifícios tem que ver com a fraca oferta que a cidade tem ao nível de oferta hoteleira. Acresce ainda o facto de a existência de um equipamento deste género potencialmente poder fomentar o turismo no parque proposto.

- **Mercado do parque** - O mercado é proposto para ocupar um edifício indicado pela Câmara como - a recuperar (Anexo E – Folha 1.0). Tem como objetivo unir as diferentes tipologias de produção, tal como, os diferentes produtores dentro dessas mesmas tipologias. Apesar da comercialização dos produtos não ser o principal objetivo do parque, é necessário ser realista e reconhecer que haverá sempre excedentes de produção que podem ser comercializados, criando-se assim uma fonte de rendimento alternativa que pode ser uma ajuda bem-vinda aos produtores, à quinta pedagógica, à horta e ao pomar comunitário. No sentido de diferenciar positivamente os produtos do parque é ainda proposto o desenvolvimento de uma marca que os distingue dos demais e que fornece ao comprador a informação clara sobre a qualidade do produto que está a comprar

Os produtos que não se consigam escoar através do Mercado, devem ser cedidos a instituições de solidariedade social ou escolas. Caso não estejam aptos ao consumo humano, mas estejam aptos ao consumo animal devem ser cedidos à quinta pedagógica, para a alimentação dos animais, e caso não estejam aptos para qualquer tipo de alimentação devem ser reencaminhados para a central de compostagem (de notar que os produtos produzidos atualmente na área do parque são apenas para consumo próprio).

- **Arrumos agrícolas** - tal como o nome indica, servem para arrumar as ferramentas utilizadas para trabalhar a terra, principalmente as que forem mais difíceis de transportar para casa, pelos proprietários dos talhões das hortas urbanas ou pelos voluntários da horta e pomar comunitário.

- **Oficinas do parque e central de compostagem** - o pessoal camarário poderá ser responsável pela manutenção geral do parque, bem como a recolha do material orgânico para compostagem.

- **Receção/Informações** - localizada na entrada a norte do parque, informa os utentes e visitantes dos diferentes serviços presentes no parque e do seu funcionamento geral.

- **Estruturas hidráulicas** - a proposta de construção do parque procura recuperar estas estruturas como referências de legibilidade e lazer do parque, bem como instrumento de divulgação e interpretação dos fenómenos físicos. Numa visão sustentável a gestão das

águas que correm nestes sistemas será aproveitada como reserva para a irrigação das folhas agrícolas do parque.

A materialização destas intervenções terá a mesma linguagem despojada e simples, não negando as suas origens vernaculares, mas afirmando a sua modernidade nos princípios do seu desenho e funcionamento.

- **Pontes** – Com o intuito de potenciar o fluxo das pessoas no parque foram pensadas localizações de possíveis pontes. Estas fazem a ligação de um lado ao outro das ribeiras.

- **Sinalética, Iluminação e Mobiliário (ver capítulo 4.2)** - A sinalética em conjunto com a iluminação e o mobiliário urbano, integram a estratégia de comunicação do parque e são uma componente fundamental do mesmo, permitindo por um lado iluminar a comunicação da vivência do parque, e por outro atribuir-lhe complementos de legibilidade, orientação e conforto que facilitem a sua visita e utilização. De salientar que, a sinalética, poderá ter diversos níveis de informação desde a simples orientação espacial e informativa a painéis e pontos de ligação ou encaminhamento automático para conteúdos virtuais.

- **Muros – (Ver capítulo 4.2)** - Os muros existentes em alvenaria de pedra rebocada com argamassa hidráulica tradicional são uma das componentes da imagem que a mente guarda de visitas ao local. A sua interpretação, recuperação e alteração com novos usos (suporte de informação, zonas de sentar, enquadramento de vistas, etc.) são uma das componentes principais da intervenção e aquela que permite uma rápida “apropriação” do espaço do parque pela população, integrando a recuperação das portas e portões, elementos com marca arquitetónica própria e essenciais na legibilidade do espaço. A intervenção sobre os mesmos terá um carácter simples e despojado, usando os sistemas tradicionais e novas técnicas, assumindo as irregularidades de outrora em harmonia com o território e mantendo as características funcionais intrínsecas dos mesmos.

d. Estrutura Verde

A estrutura verde¹³ planeada assenta em princípios botânicos, estéticos, lúdicos e ecológicos, que embora considere o espaço como um todo, organiza-se e distingue-se segundo o zonamento estabelecido. A proposta prevê a eliminação de espécies invasoras e potencialmente invasoras, assim como a remoção de elementos que se encontrem mortos, em mau estado de fitossanitário e/ou entrem em conflito com a intervenção delineada.

¹³ Consultar capítulo 4.2 do relatório – fotografias de exemplos de espécies propostas.

A vegetação natural de porte arbóreo e arbustivo é praticamente inexistente em toda a área do parque, aparecendo alguns elementos como oliveira e alfarrobeira maioritariamente associados a pomares de sequeiro, elementos pontuais ou alinhamentos junto a caminhos e muros.

Em relação ao estrato herbáceo, este é dominado essencialmente por espécies de características ruderais e arvenses típicas de culturas cerealíferas como a tágueda (*Dittrichia viscosa* L.), o funcho (*Foeniculum vulgare* Miller), a erva-prata (*Oxalis pre-caprea* L.) e o almeirão (*Cichorium intybus* L.) entre outras de pouco valor florístico. Em solos de aluvião, mais profundos, dominam ainda as culturas regadas, nomeadamente o milho.

A agricultura intensiva em solos mais profundos e de elevada disponibilidade hidrológica, apenas permite em extensos troços das linhas de água presentes, a ocorrência de espécies herbáceas perenes próprias de caudais lentos e da alteração das margens (como a silva e o caniço). Este é o caso da maior parte da extensão das margens da Ribeira do Cadoiço. A vegetação associada a estes meios embora ruderal desempenha um papel preponderante para a conservação de fatores biofísicos, como o solo, a água e a conectividade entre os habitats envolventes.

Os principais desafios que se colocam na elaboração da proposta de material vegetação ao nível de estudo prévio relacionam-se essencialmente com a vegetação ripícola das duas ribeiras. Esta questão deve-se com o facto de nas últimas décadas usos excessivos e pouco conscientes lhe terem retirado a capacidade de albergar flora e fauna repercutindo-se em consequências ambientais, e certamente na produção agrícola da região. Neste sentido, como foi dito anteriormente deve-se proceder a ações de substituição dos sistemas vegetais existentes para reafirmação dos sistemas ripícolas.

A vegetação a adotar deve obedecer às séries de vegetação potenciais para a área de projeto, sendo agrupadas em composições específicas, nomeadamente, as de regadio (não incluindo as áreas produtivas), as de sequeiro, a ripícola e a mata densa garantindo-se desta forma menores custos relacionados com a manutenção e essencialmente uma composição equilibrada e resiliente.

A composição de regadio envolverá os relvados e alinhamentos arbóreos que requerem rega nos períodos mais quentes e secos, e principalmente aquando da instalação. A escolha de espécies de baixa manutenção e pouca exigência em rega como *Festuca arundinacea*, *Lolium perenne* e *Poa pratensis*. No que respeita à vegetação de porte arbóreo, nos alinhamentos propostos e onde a questão da largura da copa se coloca, será

dominada por espécies onde o crescimento vertical tenha uma presença essencial, como por exemplo o choupo-branco (*Populus alba*).

Em casos onde a questão da copa não seja tão significativa e onde se pretende parcialmente bloquear as vistas, como junto ao cemitério e junto ao parque de campistas, deve optar-se por espécies com copas mais largas como o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) e o género *Morus spp.*

Nas áreas onde a vegetação arbórea tem como função principal criar sombra poderão ser usadas espécies como o Sobreiro (*Quercus suber*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), a Tília de folhas grandes (*Tilia platyphyllos*) e Freixo (*Fraxinus angustifolia*). Já no caso da área polidesportiva e da zona de receção onde se pretende criar uma ambiência de jogos de cor e aroma as espécies a utilizar são o Catapereiro (*Pyrus bourgaeana*) e a olaia (*Cercis siliquastrum*).

Em zonas onde claramente existam entradas para o parque (Figura 30), estas serão assinaladas por espécies icónicas de copa ampla como por exemplo Castanheiro-da-Índia de flor carmim (*Aesculus x carnea*) e Plátano (*Platanus x acerifolia*).

Nas zonas de pomar de regadio (Figura 31) o objetivo é que estes sejam formados essencialmente por espécies de prunóideas (ameixeiras, pessegueiros, cerejeiras, etc.) e pomóideas (macieiras e pereiras). Adianta-se a hipótese deste espaço poder contribuir para a conservação e dinamização de variedades de fruteiras portuguesas, através da sua plantação.



Figura 30 – Localização das entradas do parque



Figura 31 – Localização das áreas de pomar de regadio

As áreas de cultivo de regadio (Figura 32) em geral serão talhadas de arbustos ao longo dos caminhos reforçando a divisão dos talhões pretendida. A opção de criar sebes recai também pelo reconhecido papel que estas estruturas vivas têm nas dinâmicas ecológicas

da paisagem, funcionando como corredores ecológicos e abrigo para espécies faunísticas. Em modelos de agricultura ecológica/biológica recorre-se também ao uso de sebes para atrair fauna auxiliar ao combate a pragas. Assim as espécies selecionadas procuram ir ao encontro dos aspetos atrás mencionados, ou seja, espécies com interesse produtivo ou ecológico. São de referir groselhas (*Ribes spp.*), mirtilos (*Vaccinium spp.*), romãzeira (*Punica grantum*), azereiro (*Prunus lusitanica*), folhado entre outras. Associado às sebes são previstos também alinhamentos de fruteiras (ex: marmeleiro (*Cydonia oblonga*)) que reforçam o mosaico compartimentado.



Figura 32 – Localização das áreas de cultivo de regadio



Figura 33 – Localização das áreas de composições de sequeiro

Relativamente à composição de sequeiro (Figura 33) esta é totalmente dominada pela Oliveira (*Olea europaea*) e pela Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*). Propõe-se na área de pomar de sequeiro a integração, para além das anteriormente mencionadas, de amendoeiras (*Prunus dulcis*), figueiras (*Ficus carica*) e vinha-virgem clássica (*Parthenocissus tricuspidata*). A vinha poderá ser proposta em algumas zonas de muros ao longo do parque, não só para camuflar esta estrutura, mas também para formar no período outonal um pano de fundo escarlate que faça sobressair os indivíduos da respetiva bordadura.

Na zona de mata densa (Figura 34) o estrato arbóreo será dominado pelos zambujeiros (*Olea europaea* var. *sylvestris*), sobreiros (*Quercus suber*), Pinheiro Manso (*Pinus pinea*) e Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*). Relativamente à vegetação de porte arbustivo, será dominada pelas gilbardeiras (*Ruscus aculeatus*), loendros (*Nerium oleander*), pelas murtas (*Myrtus communis*), cistus (*Cistus monspeliensis* e *Cistus crispus*), urze das vassouras (*Erica scoparia*), rosmaninho (*Lavandula luisieri*), lentiscos (*Phillyrea angustifolia*) e pelo

sanguinho das sebes (*Rhamnus alaternus*). Nas zonas da mata afetadas pelas bacias visuais dos miradouros prevê-se a plantação preferencial de espécies caducifólias em relação a perenifólias, a fim de evitar o efeito de barreira.

O estrato herbáceo no pomar tradicional de sequeiro e na mata será dominado por exemplo por *Teucrium dunense*, *Hypericum perforatum* e poáceas como a *Poa bulbosa*.



Figura 34 – Localização das áreas de mata densa



Figura 35 – Localização das áreas de composição ripícola

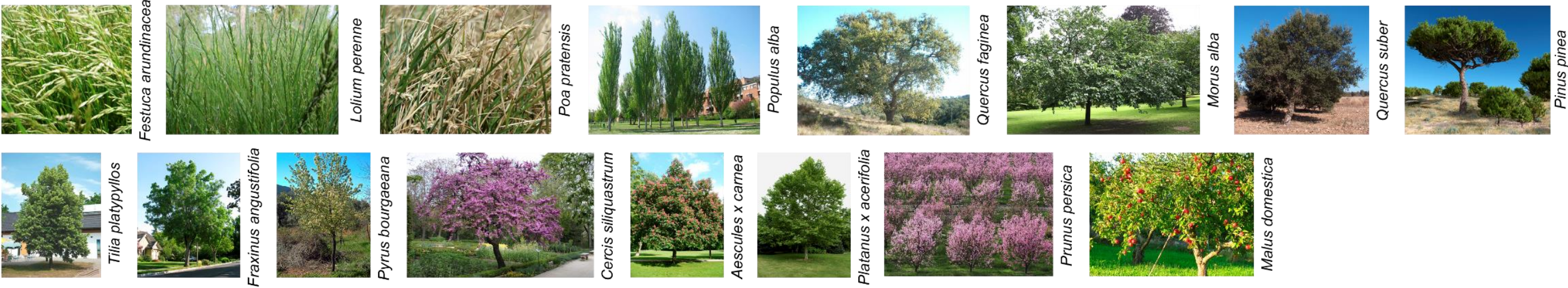
Por último, a composição ripícola (Figura 35) irá privilegiar a manutenção de espécies bem estabilizadas com a redefinição da galeria ripícola através de espécies do estrato arbóreo como o Amieiro (*Alnus glutinosa*), Freixo (*Fraxinus angustifolia*) e Salgueiro-frágil (*Salix fragilis*). Quanto ao estrato arbustivo a borrazeira-negra (*Salix atrocinerea*), e o sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*). Juntamente a estas espécies poderão ser propostas espécies como *Ranunculus ficaria* e *Tamarix africana*.

4.2 Pormenorização de algumas temáticas

Com o intuito de abordar de forma mais profunda alguns temas relativos à proposta são apresentados de seguida através de esquemas e fotografias opções tomadas acerca de pavimentação geral do Parque, pavimentação e desenho do “Parkway”, mobiliário, sinalética, iluminação e estrutura verde.

VEGETAÇÃO Fonte das imagens: www.google.com

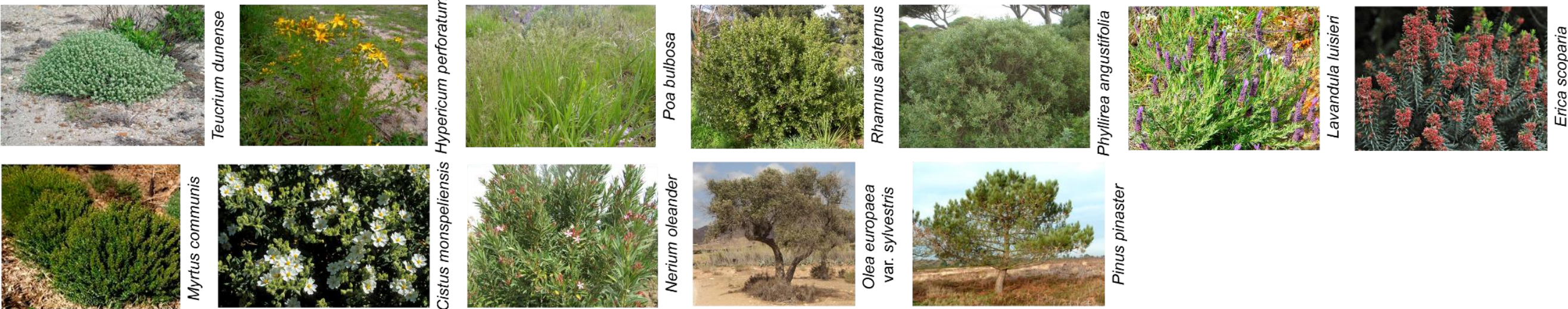
Composição Regadio



Composição Sequeiro



Mata



Composição Ripícola



MOBILIÁRIO

Fonte: www.google.com



SINALÉTICA

Fonte: www.google.com



MUROS

Fonte: www.google.com

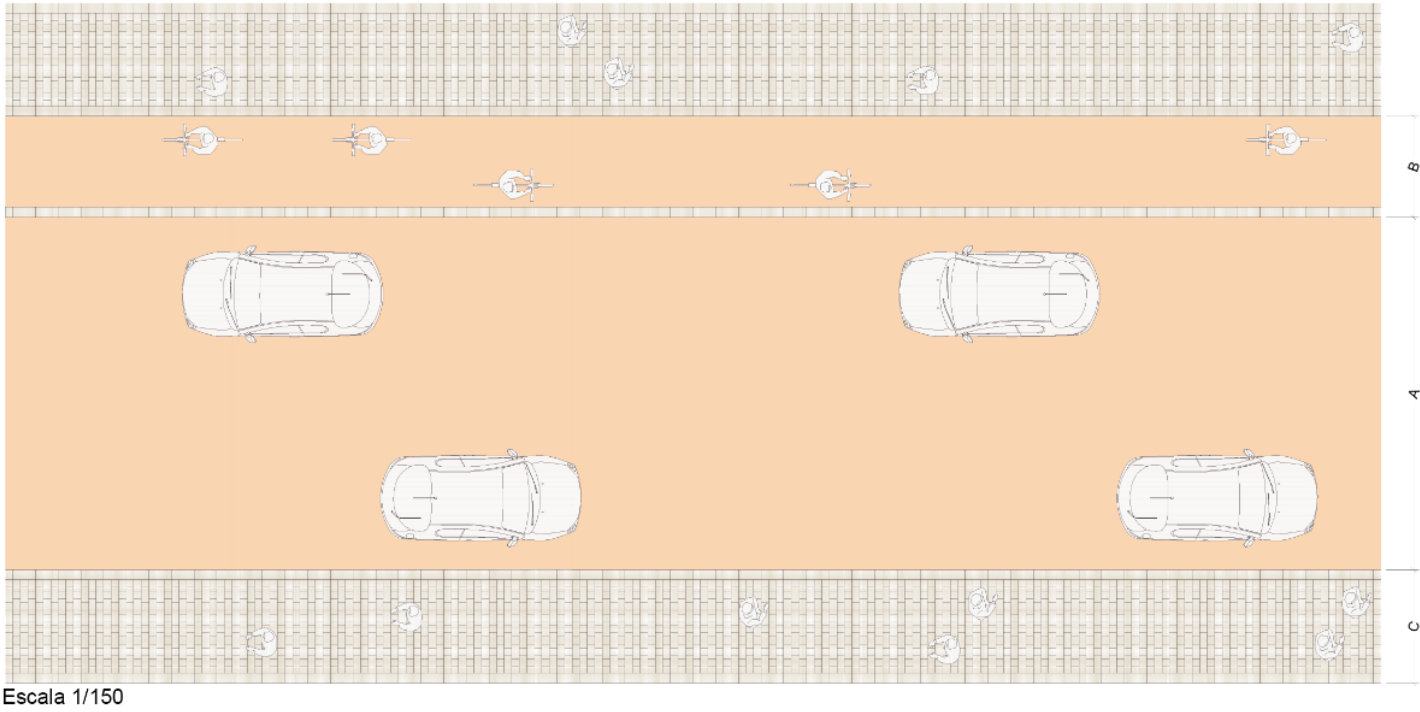


ILUMINAÇÃO

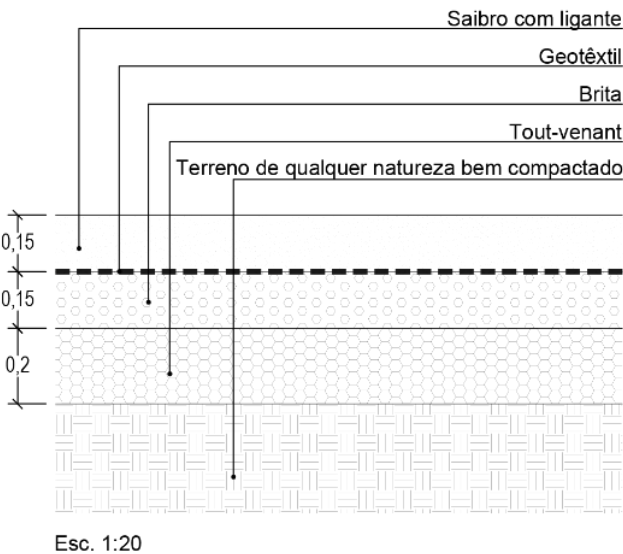
Fonte: www.google.com



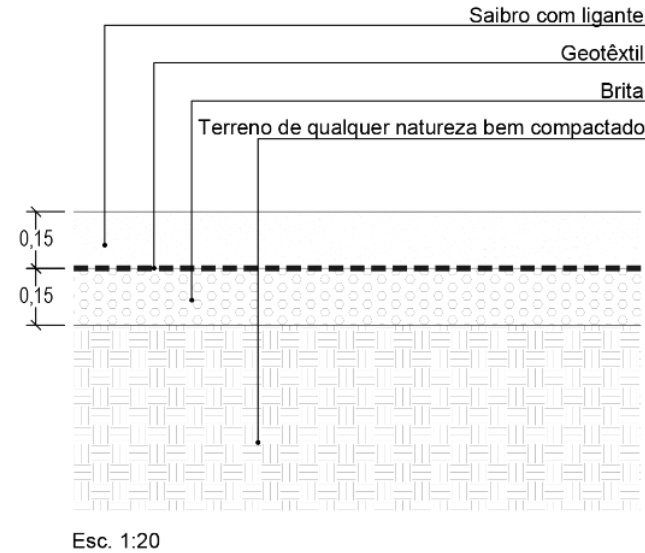
PAVIMENTOS PROPOSTOS PARA O PARQUE (exceptuando Parkway)



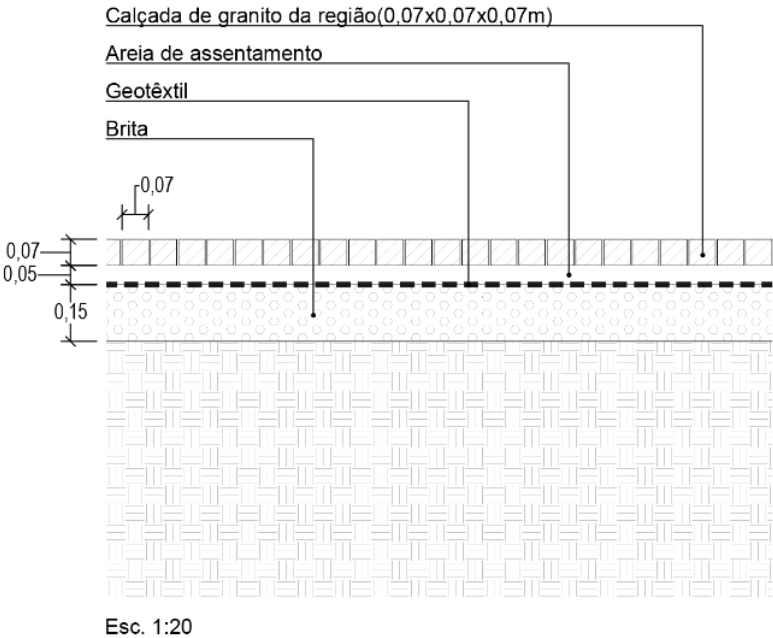
A) Pavimento para trânsito automóvel em saibro com ligante



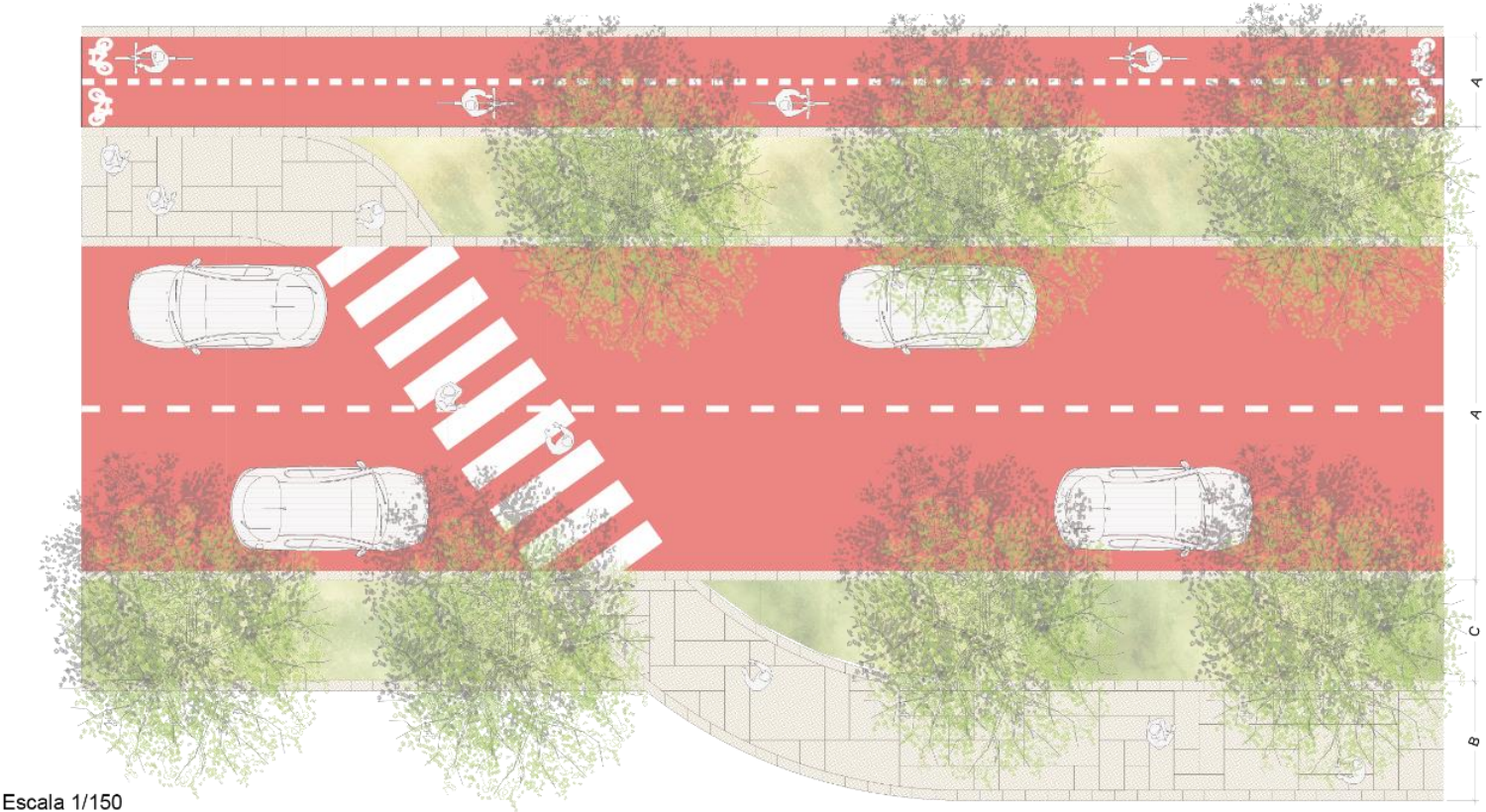
B) Pavimento para ciclovia em saibro com ligante



C) Pavimento pedonal em cubos de granito

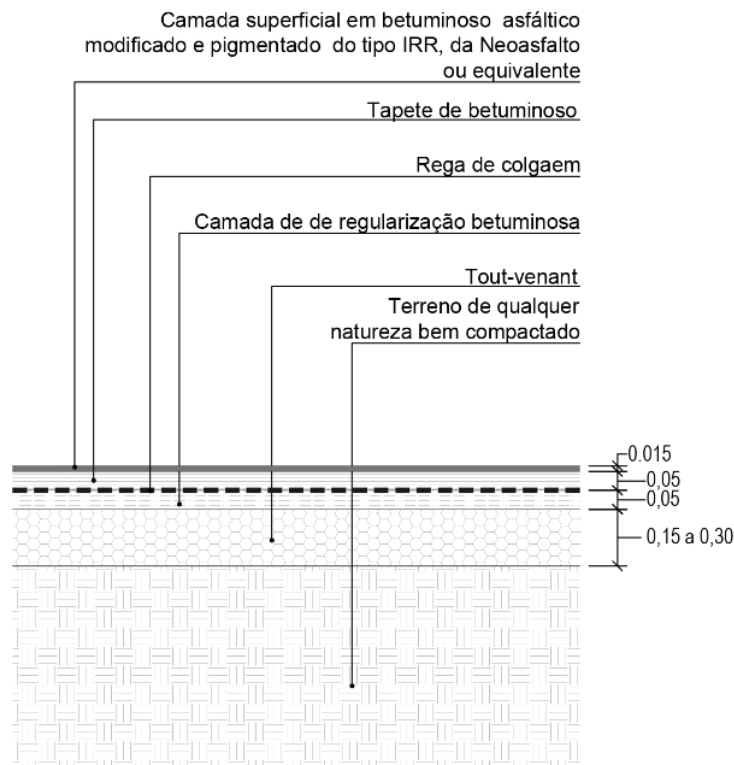


PARKWAY



Escala 1/150

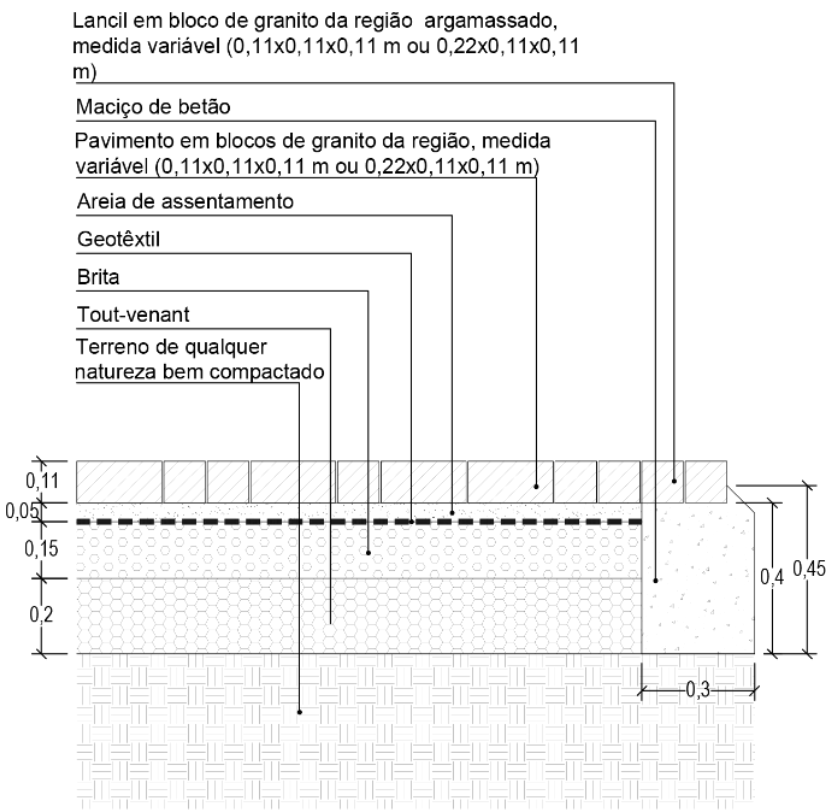
A) Pavimento para trânsito automóvel e ciclovia em asfalto frio



Esc. 1:20



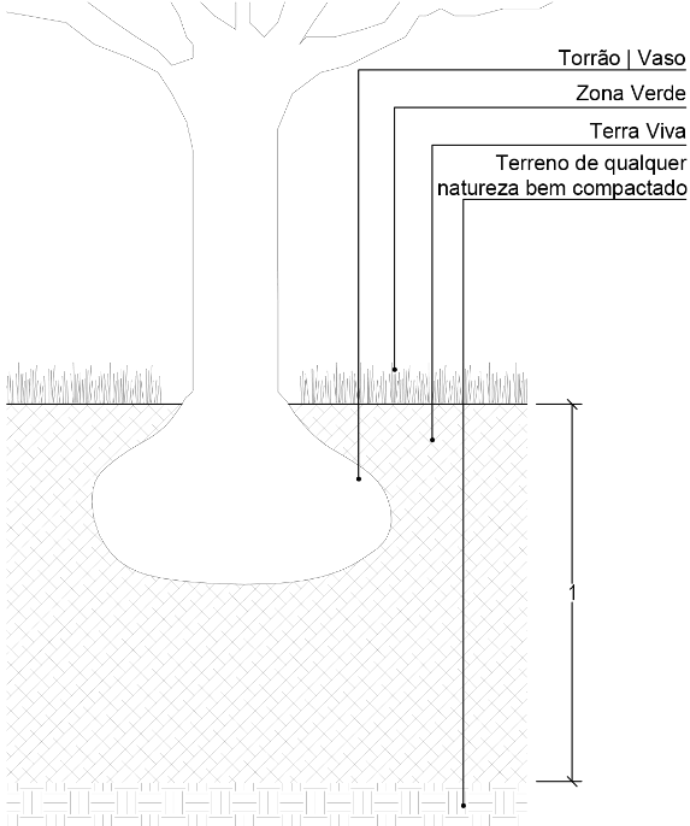
B) Pavimento pedonal em blocos de granito



Esc. 1:20



C) Faixa arborizada



Esc. 1:20



V. Considerações finais

Durante a fase de pesquisa tornou-se evidente a necessidade, cada vez mais urgente, que deve ser pensado um novo conceito para a cidade do futuro. Como Telles (1996) defendia devemos partir do princípio de que a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema e por isso uma não pode viver sem a outra.

Assim sendo, surge a necessidade de se incutir uma política de planeamento das áreas urbanas, periurbanas e rurais com vista a resolução dos problemas de fragmentação do território através de uma análise integrada da paisagem, sempre tendo em consideração que a paisagem é um sistema e nesse sentido deve ser pensada com uma visão de conjunto.

A importância do estudo da paisagem periurbana surge neste contexto, uma vez que, estas áreas constituem uma interface. Trata-se de uma zona de transição entre a área urbana e a rural que permite relacionar numa mesma área características puramente urbanas, rurais e naturais. Desta forma, estes espaços requerem especial atenção na sua gestão e conservação, de forma a evitar que dinanismos patentes nas áreas urbanas se sobreponham e eliminem progressivamente a complexidade e o potencial das faixas periurbanas.

Tendo em conta a importância da requalificação da paisagem periurbana a presente proposta constitui um meio de evidenciar a zona sul da cidade de Loulé como uma área periurbana de especial relevância na transformação da imagem da cidade vista a partir do Sul (origem dos principais fluxos). Deste modo, a proposta apresentada pretende facultar diferentes estratégias que possam mitigar a tendência atual e natural de fragmentação do território.

Resta ainda referir que, apesar da execução desta ideia projetual poder ser porventura de difícil aplicação, por inúmeros motivos, como exercício académico, tendo como base a experiência em contexto de estágio de trabalho neste mesmo espaço periurbano a salvaguarda dos elementos biofísicos que constituem a área de intervenção é uma premissa sempre presente na proposta e que em conjunto com as múltiplas funções das áreas criadas poderão tornar possível a transformação deste lugar num espaço de referência socialmente ativo, economicamente estável e ambientalmente responsável.

Referências Bibliográficas

- Allen, A. (2003). Environmental planning and management of the peri-urban interface: perspectives on an emerging field. *Environmental Planning and Management*, 15:1, p. 135-147.
- APA & ARH. (2012). Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que Integram a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8) – Volume I Relatório – Parte I Enquadramento e aspetos gerais
- Baptista, S. (2009). *Pensar a Cidade. Agir no Campo*. (Teses de Mestrado)
- Barão, J. (2014). *Proposta de criação do Parque Agroecológico da Campina de Faro*. (Teses de Mestrado)
- Benevolo, L., Melograni, C., & Giura Longa, T. (1987). *Projectar a Cidade Moderna*. Lisboa: Editorial Presença
- Berg, L. V., Braun, E., Meer, J. V. (2007) – *National Policy Responses to Urban Challenges in Europe*. Ashagate Publishing Ltd.
- Cabral, M. J., Almeida, J., Almeida, P. R., Dellinger, T., Ferrand de Almeida, N., Palmeirim, J.M., Queiroz, A. L., Rogado, L. & Santos Reis, M. (2006). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal* Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza
- Castro, P. (2014). *Estratégias para a aplicação de Planos de Intervenção em Espaço Rural em Espaços Periurbanos. O caso de Setúbal*. (Teses de Mestrado)
- Catarino, H. (1999). A herança urbana in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias* (dir. Maria de Graça Maia Marques), ed. Colibri, Lisboa, pp. 97-101.
- Conde, S. C. (2007). *O Contributo das Políticas Urbanas para a Sustentabilidade das cidades - Os casos das cidades de Aveiro e de Tavira*. (Teses de Mestrado)
- Costa, A. (2005). *Terramoto no Algarve*.
- Council of Europe. (2011). Glossário do desenvolvimento territorial. *Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT)*. Lisboa: DGOTDU.

- Domingues, Á. (1992). *Mudam-se os Campos, Mudam-se as Cidades*, in Noites de Sociologia do Porto II: A Sociologia «fora de horas», pp. 184-188. Porto: montagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Domingues, Á. (2003). A Cidade-Providência. *Sociologia - Faculdade de Letras UP*, série I, vol. 13, 71-183.
- European Parliament. (2007) Directorate General for Internal Policies of the Union. *Follow-up of the Territorial Agenda and the Leipzig Charter: towards a European Action Programme for spatial development and territorial cohesion*. Brussels: European Parliament
- Ferreira, M. V. (1993). *Antroponímia do Algarve: Reflexo da Toponímia Local*
- Ferreira, A. F. (1999). Para uma política de cidades. *Sociedade e Território*, 29, 4-13
- Ferreira, A. F. (2004). Paradoxos do planeamento urbanístico em Portugal. *Sociedade e Território*, 37/38, 23-26
- Gallent, N., & Shaw, D. (2007). Spatial planning, area action plans and the rural-urban fringe. *Journal of Environmental Planning and Management*, 50:5, p. 617-638.
- Inforegio. (2011). Política Regional Comissão Europeia. *As cidades de amanhã, desafios, visões e perspectivas*. Disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy.
- In'Loki, Mateus, A., PROAP & Nível. (2009). Plano de Urbanização da Cidade de Loulé. *Relatório de Diagnóstico e Caracterização da Área de intervenção*. Disponível em: Arquivos PROAP
- Mateus, D. (2012). *Política Urbana da União Europeia*. Disponível via Instituto Politécnico de Viseu em: http://www.ipv.pt/1pagina/conf_pueu.pdf
- Matos, S. (2010). *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões* (Teses de Doutoramento)
- Neves, S. N. (2013). *Duas Casas do Antigo Regime em Loulé* (Teses de Mestrado)
- Norberg-Schulz, C. (1996). *Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura*. Milano: Electra
- Palma, J. (2015). *O desenvolvimento Urbano de Loulé Do período medieval ao fim da época moderna* (Teses de Mestrado)

- Pinho, A. (2008). Apresentação da Ação de Formação sobre Reabilitação Urbana. Disponível em <http://comunidade.orzare.com/index.php/2009090911273/Not%C3%A2Dcias/Emprego-e-Forma%C3%A7%C3%A3o/reabilitacao-urbana.html>
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2011). *Políticas Urbanas II - Transformações, regulações e Projetos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- PROT Algarve. (2007). *Peça gráfica 08 – Unidades e Sub Unidades Territoriais*. Disponível em: <http://www.prot.ccdr-alg.pt/Storage/pdfs/PG08.pdf>
- Rauws, W., & Roo, G. (2011). Exploring Transitions in the Peri-Urban Area. *Planning Theory & Practice*, 12:2, p. 269-284.
- Ribeiro, P. (2008). *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em Contextos intraurbanos* (Teses de Mestrado)
- Rodrigues, S. (2004). *As Vias Romanas do Algarve*
- Santa Maria, F. A. (1721). *Santuário Mariano*, Vol. VII, Lisboa: António Pedroso Galvão
- Telles, G. R. (1996). *Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global*. Matosinhos: Contemporânea Editora Lda. /Câmara Municipal Matosinhos
- Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*
- Torres, C. (1997). O Garb-Al-Andaluz, in *História de Portugal*. Lisboa (1992).
- UN. (2010). *World Urbanization Prospects - The 2009 Revision*. Department of Economic and Social Affairs - Population Division, New York.
- UN. (2012). *World Urbanization Prospects - The 2011 Revision*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs - Population Division, New York.
- Vale, A. R., & Gerardi, L. (2006). Crescimento Urbano e Teorias sobre o Espaço Periurbano: Analisando o Caso do Município de Araraquara (SP). In L. Gerardi, & P. d. Carvalho, *Geografia: ações e reflexões* (p. 231-246). Rio Claro - SP: Associação de Geografia Teórica - AGETEO e Programa de Pós-graduação em Geografia - UNESP.

Todas as imagens, diagramas e fotografias presentes nesta dissertação e em respetivos anexos sem referência de fonte, autor ou adaptação são da autoria do autor da presente dissertação.

Anexos